



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS & ANEXOS

abril 2023



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Em cumprimento do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental e com observância da Instrução n.º 1/2019 - PG — Prestação de contas de entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas — publicada em 6 de março de 2019 no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, Parte D, apresenta-se o Relatório de Gestão, assim como as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Orçamentais e respetivos Anexos, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022.

Juiz Conselheiro, Presidente  
(João Caupers)

Juiz Conselheiro  
(José Teles Pereira)

Juiz Conselheiro  
(Afonso Patrão)

Secretária-Geral  
(Margarida Cortez)

Diretora do DAF  
(Cristina de Sousa)



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### ÍNDICE

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....	7
1. ENQUADRAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA.....	7
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA.....	8
3. GESTÃO PATRIMONIAL.....	12
3.1. INSTALAÇÕES .....	12
3.2. PARQUE DE VIATURAS.....	14
3.3. EQUIPAMENTOS .....	14
4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	15
4.1. EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO .....	15
4.2. MOVIMENTOS DE PESSOAL.....	16
4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	16
5. GESTÃO ORÇAMENTAL.....	17
5.1. ENQUADRAMENTO.....	17
5.2. FINANCIAMENTO (ORIGEM DE FUNDOS) .....	18
5.3. EXECUÇÃO (APLICAÇÃO DE FUNDOS).....	21
5.4. CONTINGÊNCIA COVID-19 .....	26
5.5. APURAMENTO DE SALDOS .....	27
6. ANÁLISE DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
6.1. BALANÇO .....	28
6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	31
7. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO .....	35
8. ACONTECIMENTOS FUTUROS.....	35
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	35
10. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	35
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	37
1. BALANÇO .....	37
1.1. ATIVO.....	37
1.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO .....	38
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA .....	39
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	40
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	41



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	44
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO</b> .....	44
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO .....	44
1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	49
<b>2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</b> , .....	50
2.1. BASES DE MENSURAÇÃO .....	50
2.2. OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES .....	52
2.3. JULGAMENTOS (EXCETUANDO OS QUE ENVOLVEM ESTIMATIVAS).....	54
2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.....	55
2.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS.....	55
<b>3. ATIVOS INTANGÍVEIS</b> .....	56
3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS .....	56
<b>5. ATIVOS TANGÍVEIS</b> .....	58
5.1. ATIVOS TANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS .....	58
5.6. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS TANGÍVEIS .....	61
<b>6. LOCAÇÕES</b> .....	61
6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS - LOCATÁRIOS .....	61
<b>9. IMPARIDADE DE ATIVOS</b> .....	62
<b>13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO</b> .....	63
<b>14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO</b> .....	63
14.1. DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO .....	63
<b>17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO</b> .....	64
<b>18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b> .....	64
18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO.....	64
18.2. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	64
<b>19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS</b> .....	65
19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS.....	65
<b>20. PARTES RELACIONADAS</b> .....	66
20.6. PESSOAS CHAVE DA GESTÃO .....	66
<b>21. RELATO POR SEGMENTOS</b> .....	67
<b>23. OUTRAS DIVULGAÇÕES</b> .....	67
23.1. ATIVO.....	67
23.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	68
23.3. PASSIVO.....	70
23.4. GASTOS E RENDIMENTOS .....	70
23.5. COVID-19 .....	72



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
W. G.

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

<b>DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b> .....	74
1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS.....	74
2. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL.....	74
3. ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA.....	74
4. ORÇAMENTO INICIAL DA DESPESA.....	76
5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	77
6. DEMONSTRAÇÃO DE RELATO INDIVIDUAL.....	77
6.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	77
6.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	80
6.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	81
6.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	82
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b> .....	84
1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA.....	84
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA.....	85
3. ALTERAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS.....	87
4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	87
5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS.....	88
6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – FORMA DE ADJUDICAÇÃO.....	96
7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA.....	96
8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA.....	97
9. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	98
9.1. COMPROMISSOS PLURIANUAIS.....	98
9.2. DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDO.....	102



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
m.  
cs.

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, e subsequentemente alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas), e do disposto na Resolução n.º 6/2022 – 2.ª Secção, de 13 de dezembro, do Tribunal de Contas, publicada em 5 de janeiro de 2023 no Diário da República, 2.ª série, n.º 4, Parte D, o Tribunal Constitucional obteve anuência para apresentar a Conta de Gerência de 2022 até 28 de abril de 2023.

### 1. ENQUADRAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O Tribunal Constitucional é um órgão de soberania. Entre as suas competências sobressai a fiscalização da constitucionalidade de normas jurídicas, pela dimensão que ocupa na sua atividade.

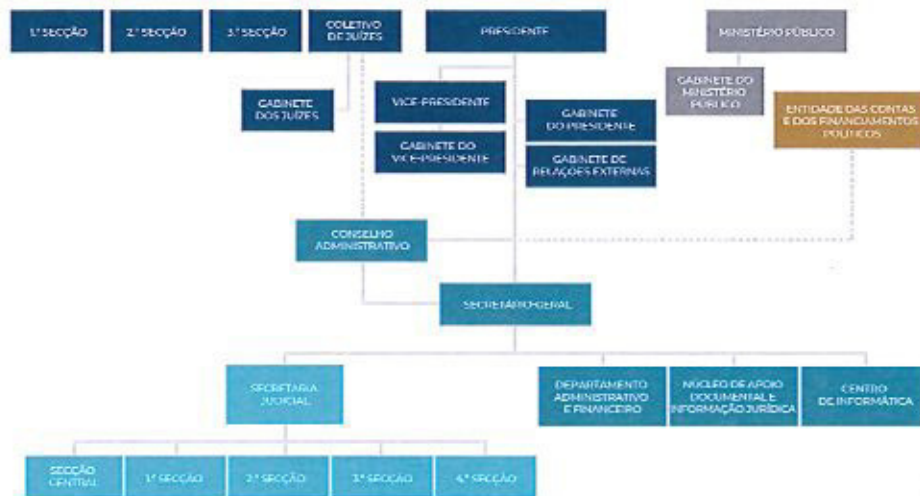
O Tribunal Constitucional goza de autonomia administrativa e financeira e dispõe de orçamento próprio, competindo ao Conselho Administrativo a gestão financeira corrente e a elaboração do projeto de orçamento para a aprovação do Tribunal e subsequente envio ao Governo.

O Tribunal Constitucional tem na sua dependência administrativa e financeira a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência – em processo de instalação – classificadas nas respetivas leis orgânicas como órgãos independentes a funcionar junto do Tribunal.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*



Os serviços do Tribunal Constitucional, salvo os Gabinetes, são dirigidos pelo Secretário-Geral, sob a supervisão do Presidente do Tribunal.

A secretaria judicial, dirigida por um secretário de justiça, que chefia também a secção central, compreende essa secção e quatro secções de processos (existindo presentemente apenas três).

Os serviços de apoio incluem o Gabinete do Presidente (com assessores e secretárias pessoais, dirigidos por um chefe do gabinete), o Gabinete do Vice-Presidente, o Gabinete dos Juízes, o Gabinete do Ministério Público (com assessores e secretárias pessoais) e, na parte administrativa, o Departamento Administrativo e Financeiro (que também é responsável pelos recursos humanos, património e contratação pública), o Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica (responsável pela organização da biblioteca, do arquivo e da base de jurisprudência constitucional e pela publicação das decisões do Tribunal) e o Centro de Informática (responsável pelo planeamento e gestão dos sistemas informáticos do Tribunal), dirigidos pelos respetivos diretores de serviços.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em 2022, o movimento processual no Tribunal Constitucional teve a seguinte expressão estatística agregada: 1249 processos entrados; 1141 processos findos; 725 processos pendentes, 122 dos quais a aguardar trânsito até 31 de dezembro desse ano.







## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

IGFEJ e procedeu à instalação do domínio e respetivos serviços associados [Domain Name System (dns), email, web] da EpT.

Executou o plano de reconversão das Pastas Públicas institucionais em Caixas de Correio institucionais partilhadas, garantindo a integridade dos dados e agregação automática às caixas de correio dos utilizadores acreditados; introduziu uma solução de envio de mensagens SMS, como Multifactor Authentication e/ou avisos urgentes dos sistemas de informação.

Atualizou o plano de coordenação das tarefas de backup, replicação, verificação de recuperação e restauração e redimensionou os recursos de armazenamento; substituiu a plataforma de antivírus; reajustou a gestão dos pacotes de atualização de software, instalação e segurança nos endpoint; e substituiu o servidor aplicacional do gestor documental (FutureDoc), aumentando e garantindo as mesmas funcionalidades na ligação de acesso da LAN e da WAN (Wide Area Network).

O Gabinete de Relações Externas, que funciona na dependência do Presidente, retomou em pleno a sua atividade, condicionada nos anos anteriores pela pandemia.

Sendo uma área de forte aposta da atual presidência, em 2022, a comunicação assumiu prioridade, através de uma série de iniciativas, tais como a renovação da página do Tribunal Constitucional, com a adoção de uma imagem mais atual e privilegiando-se a usabilidade; a elaboração de uma série documental de vídeos informativos sobre o Tribunal e a atualização da brochura institucional, em português e em língua inglesa.

No plano institucional, retomaram-se as visitas de grupos de estudantes nacionais e estrangeiros, bem como de grupos da sociedade civil, nomeadamente através da participação nos projetos "Festival Jardins Abertos", "Trienal de Arquitetura de Lisboa Open House" e das visitas comentadas da Câmara Municipal de Lisboa.

No plano interno, procedeu-se à catalogação das espécies arbóreas existentes no jardim e concluiu-se o inventário de obras de arte que ornamentam o Palácio.

No plano internacional, destaque para a organização da 5.ª Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, que trouxe a Lisboa os Presidentes e respetivas delegações para debater o tema da Garantia da Proteção dos Direitos Fundamentais em tempo de pandemia. O Tribunal Constitucional assumiu a presidência e a organização do evento.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Em maio de 2022, o Tribunal participou na XIV Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional, que se realizou na República Dominicana e foi subordinada ao tema Jurisdição Constitucional: cidadania e liberdade. Salienta-se também a participação no 5.º Congresso da Conferência Mundial de Justiça Constitucional que decorreu em Bali, Indonésia, sobre o tema Justiça Constitucional e Paz.

No plano bilateral, destacam-se a visita realizada a Bucareste, Roménia, para a celebração do 30.º aniversário do Tribunal Constitucional; a participação na Conferência Internacional comemorativa dos 100 anos da Constituição da República da Letónia e no 70.º Aniversário do Tribunal de Justiça da União Europeia.

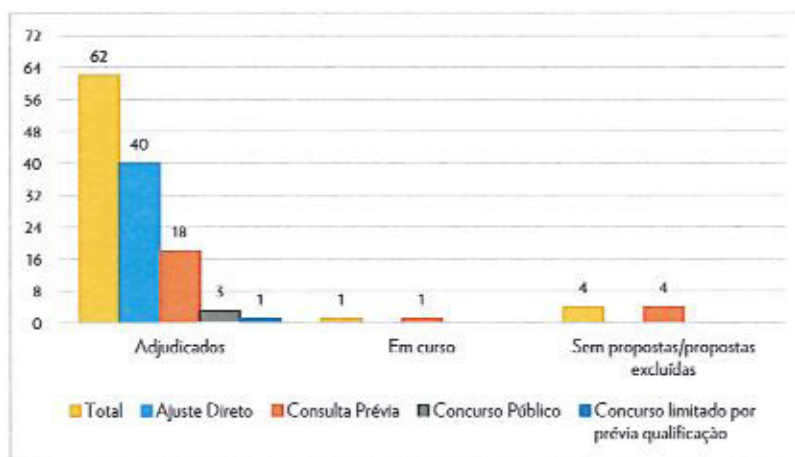


## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials]*  
es.

### 3. GESTÃO PATRIMONIAL

Em 2022, realizaram-se 67 procedimentos de contratação pública, dos quais 62 foram adjudicados:



Sublinha-se que o procedimento de concurso limitado por prévia qualificação diz respeito à aquisição da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses e que 2 dos 4 procedimentos sem propostas ou com propostas excluídas correspondem à aquisição de serviços de aluguer, instalação e configuração de equipamentos multifunções de cópia, impressão e digitalização em regime de locação, consumíveis e plafond mensal de cópias.

### 3.1. INSTALAÇÕES

#### 3.1.1. Sede do Tribunal Constitucional

O Tribunal Constitucional tem a sua sede no Palácio Ratton, na Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa, que foi adquirido pelo Estado em 1982 para, depois de algumas obras de adaptação, instalar o Tribunal.

Em 1999, as instalações foram ampliadas com a construção de um novo edifício de 3 pisos, “Edifício Novo”, e em 2009 é inaugurado o Auditório, uma sala polivalente com capacidade para cerca de 100 lugares sentados e infraestruturas para a realização de apresentações multimédia.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Para resolver problemas inerentes à idade da construção e defeitos nas obras realizadas no passado para adaptar espaços originais aos serviços do Tribunal Constitucional, o Palácio Rattton tem vindo a ser alvo de intervenções pontuais.

Neste âmbito, e dando cumprimento às recomendações de especialistas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na sequência da visita de 27 de janeiro de 2022, foram realizados trabalhos de conservação na sala do economato, localizada na subcave do Palácio Rattton. Promoveu-se o tratamento com produtos fungicidas e termiticidas dos elementos de madeira existentes nas paredes e, onde possível, procedeu-se à sua remoção ou substituição.

Tiveram lugar diversos procedimentos com o objetivo de instalar a 4.ª Secção e a Secção Central da Secretaria Judicial no piso 0 do Palácio. A nova organização espacial dos serviços implicou a adaptação do espaço exterior desocupado pela 4.ª Secção da Secretaria Judicial, onde agora se encontram instalados 8 novos postos de trabalho (5 no piso 0 e 3 no piso 1).

No quadro da reorganização espacial dos serviços, foi executada uma empreitada de obras de conservação/remodelação e correção de deficiências da canalização das instalações sanitárias e criada uma nova infraestrutura de rede informática no novo espaço ocupado por Assessores dos Gabinetes e por Técnicos Superiores do Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica (NADIJ).

Em simultâneo, no edifício anexo ao Palácio, com uma sala para os motoristas e uma zona de refeições, que compreende sala e cozinha, foi executada uma empreitada de obras de conservação/remodelação e correção de deficiências da canalização das instalações sanitárias, que incluiu a renovação do equipamento de ar condicionado. Promoveu-se ainda a limpeza e pintura das paredes do espaço destinado ao agente de autoridade destacado para fazer serviço no Tribunal. O espaço desocupado pela Secção Central da Secretaria Judicial foi renovado e adaptado como sala de reuniões, apetrechada com equipamentos audiovisuais e multimédia.

No piso nobre do Palácio Rattton, iniciou-se a obra de remodelação das instalações sanitárias e da copa, com vista a resolver os problemas identificados nas infraestruturas (águas e esgotos) e nas paredes, que apresentavam fissuras.

Enquanto operação essencial para a conservação das instalações, regista-se, pela continuidade, o resultado alcançado com os trabalhos de manutenção nas zonas que apresentam infiltrações e na limpeza do sistema de drenagem, ações que têm vindo a demonstrar uma regressão na evolução da degradação dos três edifícios, Palácio Rattton, “Edifício Novo” e Auditório/garagem.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
M.  
C.

### 3.1.2. Sede da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

As instalações da ECFP – desde 26 de setembro de 2019, na Rua Julieta Ferrão, n.º 10, 10.º piso, 1600-131 Lisboa –, no ano de 2022, exigiram os regulares serviços de limpeza, de manutenção e de segurança.

### 3.2. PARQUE DE VIATURAS

Deu-se início à racionalização e modernização da frota automóvel do Tribunal Constitucional, com o abate de cinco viaturas (3 viaturas Peugeot e 2 viaturas BMW) e com a celebração de um contrato de locação operacional de duas viaturas elétricas, recebidas e em circulação desde o dia 17 de janeiro de 2023.

Tendo como referência o histórico das despesas com a reparação das viaturas do Tribunal – 14 veículos, em média com 19 anos, exceto 2, e quilometragem superior a 300 mil Km – em 2022, foram, após consulta prévia, contratualizados os serviços de manutenção, preventiva e corretiva, da frota automóvel. Para o efeito, o “plafond” anual, sem IVA, de 20.787,62 euros, indica uma despesa média de 1.732,00 euros, que tem permitido restabelecer as condições de funcionamento e de utilização das viaturas.

### 3.3. EQUIPAMENTOS

No decorrer do ano de 2022, o Tribunal Constitucional realizou aquisições no total de 569.156,99 euros, dos quais 324.469,66, euros respeitam a Ativos Fixos Tangíveis e 244.687,33 euros a Ativos Intangíveis.

Nos Ativos Fixos Tangíveis destaca-se o investimento efetuado em obras de recuperação das instalações, no âmbito da reorganização espacial do Tribunal, no montante de 122.793,84 euros.

Os Ativos Intangíveis correspondem a renovações de licenças de software e certificados digitais (95.163,77 euros), a serviços de construção plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses e respetivos serviços de consultoria, no montante de 52.729,46 euros e à implementação do Sistema de Informação da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP), no montante de 96.825,60 euros.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

1  
Am  
v.r.  
cs.

### 4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal para 2022 foi aprovado em sessão plenária do Tribunal Constitucional em 17/08/2021.

#### 4.1. EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

No final de 2022, o universo de efetivos no Tribunal Constitucional era de 117 trabalhadores, dos quais 67 do género feminino e 53 do género masculino, representando, respetivamente, 55% e 45%.

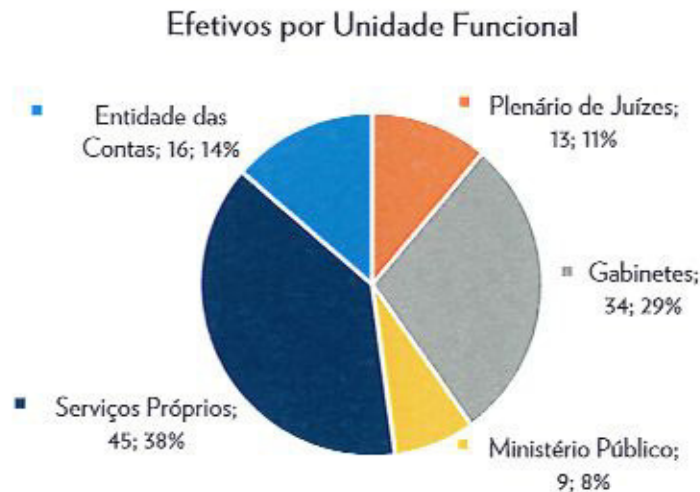
Cargo/Categoria	Total	Plenário de Juízes		Gabinetes		Ministério Público		Serviços Próprios		Entidade das Contas		Total
	2021	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	2022
Juiz Conselheiro	13	9	4									13
Procurador-Geral Adjunto	3					4						4
Chefe do Gabinete	1				1							1
Assessor de Gabinete	22			9	9		3					21
Especialista de Gabinete	3				2			1				3
Secretária Pessoal	11			1	7		2					10
Dirigente Superior de 1.º grau	2								1		1	2
Dirigente Superior de 2.º grau	2									1	1	2
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3							1	2			3
Assessor NADIJ	1							1				1
Técnico Superior	13				2			3	6	5	3	19
Coordenadora Técnica	2								2			2
Técnico Informática	2							2				2
Assistente Técnico	6							1	3		3	7
Assistente Operacional	12			2	2			6	1	1		12
Oficial de Justiça	14							6	8		1	15
Total	110	9	4	13	21	4	5	20	25	7	9	117



*[Handwritten signature and initials]*  
W.  
es.

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Os 117 efetivos encontram-se distribuídos por unidades funcionais conforme se apresenta no gráfico seguinte:



### 4.2. MOVIMENTOS DE PESSOAL

Relativamente à rotatividade de pessoal durante o ano de 2022, foram registadas 24 entradas (4 da ECFP) e 17 saídas (1 da ECFP), de que resulta uma taxa de reposição ou cobertura de 141% explicada, essencialmente, pelo aumento de recursos humanos, em particular na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

### 4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Foi elaborado o Plano de Formação de que resultou a participação de 23 trabalhadores em 17 ações de formação.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 5. GESTÃO ORÇAMENTAL

O Tribunal Constitucional é dotado de autonomia administrativa e financeira, conferida pelo artigo 5.º da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro – Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional (LTC).

#### 5.1. ENQUADRAMENTO

O orçamento do Tribunal Constitucional – contribuinte fiscal número 600014193, com sede na Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa (1249 117) – é financiado por receitas gerais do Estado e pelas suas receitas próprias.

Está integrado no Ministério 01–Encargos Gerais do Estado, com a classificação orgânica:

Secretaria:	1	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – ATIVIDADES – SFA
Capítulo:	04	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Divisão:	01	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Subdivisão	01	Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP)
Subdivisão	02	Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECP)
Subdivisão	03	Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT)

O orçamento, enquadrado no Programa 001 – Órgãos de Soberania, Medida 001– Serviços Gerais da A.P. - Administração Geral, contempla duas atividades:

- Atividade 263: Atividade Judicial  
Engloba as despesas de pessoal e de funcionamento dos Serviços Próprios do Tribunal (Subdivisão 01);
- Atividade 264: Controlo Financeiro e Efetivação de Responsabilidades Financeiras  
Engloba as despesas da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência – órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03).



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials]*  
Am  
Wv.  
Cs.

### 5.2. FINANCIAMENTO (ORIGEM DE FUNDOS)

Nos termos da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Orçamento do Estado para 2022, as previsões corrigidas do Tribunal Constitucional totalizam 10.547.413,00 euros, sendo 89,67% com origem em Receita de Impostos e 10,33% em Receita Própria.

FINANCIAMENTO	2022	2021	Variação Valor	Variação %
Previsões Corrigidas	11 938 826,00 €	11 141 605,00 €	797 221,00 €	7%
de Transferências do OE	9 458 161,00 €	9 054 751,00 €	423 430,00 €	5%
de Receitas Próprias (RP)	1 089 252,00 €	856 158,00 €	253 114,00 €	30%
de Saldos de RP Transitados	1 391 413,00 €	1 270 736,00 €	120 677,00 €	9%
Receita Cobrada Líquida	9 794 152,54 €	8 920 963,34 €	873 189,20 €	10%
de Transferências do OE	7 655 088,88 €	6 825 086,48 €	832 002,40 €	12%
de Receitas Próprias	747 653,86 €	827 141,01 €	-79 487,15 €	-10%
de Saldos de RP Transitados	1 391 412,16 €	1 270 735,85 €	120 676,31 €	9%

Posteriormente, foram inscritos os Saldos de Receitas Próprias Transitados no montante de 1.391.412,16 euros, correspondente à integração do saldo apurado em sede de prestação de contas do ano de 2021, aprovado pela Direção-Geral do Orçamento em 19 de setembro de 2022.

#### 5.2.1. Transferências do Orçamento Geral do Estado

O orçamento do Tribunal Constitucional com origem em Receitas de Impostos totalizou 9.440.303,00 euros, mais 4,88% comparativamente com 2021, crescimento que corresponde ao aumento do plafond. Por sua vez, o financiamento ascendeu a 7.655.088,88 euros, mais 832.002,40 euros relativamente a 2021.

RECEITAS DE IMPOSTOS	2022	2021	Variação Valor	Variação %
Previsões Corrigidas	9 458 161,00 €	9 034 731,00 €	423 430,00 €	4,69%
Orçamento Geral do Estado (OE)	9 440 303,00 €	9 001 288,00 €	459 015 €	4,88%
Saldo Gerência ano anterior	17 858,00 €	33 443,00 €	-15 585 €	-0,47 €
Transferências do OE	7 655 088,88 €	6 825 086,48 €	832 002,40 €	12,19%

As Previsões Corrigidas com origem em fundos de Receita de Impostos totalizam 9.458.161,00 euros, com um grau de execução de 80,94%.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

Considerando a repartição por capítulo de classificação da receita e subdivisões – 01: Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP), 02: Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECFP) e 03: Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT), destaca-se o peso dos órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03) no total da fonte de financiamento Receita de Impostos (32,00%).

FINANCIAMENTO	2022		2021		Execução	
	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líq.	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líq.	Variação Valor	Variação %
<b>Transferências Correntes</b>	<b>8 824 783,00 €</b>	<b>7 177 896,26 €</b>	<b>8 969 122,00 €</b>	<b>6 790 922,32 €</b>	<b>386 973,94 €</b>	<b>5,70%</b>
Subd 01: SP	6 505 616,00 €	6 164 788,96 €	6 301 867,00 €	5 948 450,83 €	216 338,13 €	3,64%
Subd 02: ECFP	1 322 353,00 €	961 115,51 €	1 501 945,00 €	820 792,50 €	6 841,31 €	0,83%
Subd 03: EpT	996 814,00 €	51 991,79 €	1 165 310,00 €	21 678,99 €	6 841,31 €	31,56%
<b>Transferências Capital</b>	<b>615 520,00 €</b>	<b>477 192,62 €</b>	<b>32 166,00 €</b>	<b>32 164,16 €</b>	<b>445 028,46 €</b>	<b>1383,62%</b>
Subd 01: SP	144 209,00 €	140 947,25 €	22 689,00 €	22 688,58 €	118 258,67 €	521,23%
Subd 02: ECFP	166 271,00 €	166 267,30 €	5 787,00 €	5 785,58 €	160 481,72 €	2773,82%
Subd 03: EpT	305 040,00 €	169 978,07 €	3 690,00 €	3 690,00 €	166 288,07 €	4506,45%
<b>Saldo Gerência Anterior</b>	<b>17 858,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>33 443,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>
Subd 01: SP	15 709,00 €	0,00 €	33 443,00 €	0,00 €	0,00 €	-
Subd 02: ECFP	2 149,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
	<b>9 458 161,00 €</b>	<b>7 655 088,88 €</b>	<b>9 034 731,00 €</b>	<b>6 823 086,48 €</b>	<b>832 002,40 €</b>	<b>12,19%</b>

O valor da Receita Cobrada Líquida de Transferências de Capital (477.192,62 euros) diverge do reforço efetuado em Outras Variações do Património Líquido [cfr. nota 23.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras] devido à existência de aquisições de imobilizado que, sendo registadas em conformidade com o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), foram necessariamente financiadas com recursos de Transferências Correntes. Em 2022, a diferença totalizou 148.065,37 euros.

As Previsões Corrigidas com Origem em Fundos de Receita de Impostos e registo em Saldo da Gerência Anterior totalizam 17.858 euros (15.709 euros na subdivisão 01: SP e 2.149 euros na Subdivisão 02: ECFP), montante que respeita à devolução de 2021, a que se procedeu no mês de maio de 2022.





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 5.3. EXECUÇÃO (APLICAÇÃO DE FUNDOS)

A execução orçamental do ano económico de 2022, apresentada de forma resumida no quadro infra, totalizou 9.624.914,96 euros, dos quais 740.787,31 euros dizem respeito a despesa financiada por Receitas Próprias do ano e 1.391.412,16 euros à subscrição de CEDIC junto do IGCP.

APLICAÇÃO DE FUNDOS	2022		2021		Execução	
	Orç Corrigido	Execução	Orç Corrigido	Execução	Variação Valor	Variação %
FF311: Transferências OE	9 440 303,00 €	7 492 715,49 €	9 001 288,00 €	6 805 229,21 €	687 486 €	10,10%
FF513: Receita Própria	1 089 252,00 €	740 824,21 €	836 138,00 €	706 464,70 €	34 360 €	4,86%
FF522: Saldos Anteriores	1 391 413,00 €	1 391 412,16 €	646 000,00 €	0,00 €	1 391 412 €	-
	<b>11 920 968,00 €</b>	<b>9 624 951,86 €</b>	<b>10 483 426,00 €</b>	<b>7 511 693,91 €</b>	<b>2 113 221 €</b>	<b>28,13%</b>

Entre 2021 e 2022, a execução com origem em Transferências do Orçamento do Estado aumentou em 687.486 euros, o que representa uma variação de 10,10%, com um grau de execução de 80,74%.

Com a desagregação do orçamento por subdivisões obtém-se a informação relativa: (i) aos Serviços Próprios do Tribunal Constitucional (SP); (ii) à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP); e (iii) à Entidade para a Transparência (EpT).

Subdivisões	2022		2021		Execução	
	Orç Corrigido	Execução	Orç Corrigido	Execução	Variação Valor	Variação %
<b>01: SP</b>	<b>9 130 490,00 €</b>	<b>8 430 289,32 €</b>	<b>7 160 694,00 €</b>	<b>6 661 895,71 €</b>	<b>1 768 394 €</b>	<b>26,54%</b>
FF311: Transferências OE	6 649 825,00 €	6 298 052,95 €	6 324 556,00 €	5 955 431,01 €	342 622 €	5,75%
FF513: Receita Própria	1 089 252,00 €	740 824,21 €	836 138,00 €	706 464,70 €	34 360 €	4,86%
FF522: Saldos Anteriores	1 391 413,00 €	1 391 412,16 €	0,00 €	0,00 €	1 391 412 €	-
<b>02: ECFP</b>	<b>1 488 624,00 €</b>	<b>1 119 796,11 €</b>	<b>1 507 732,00 €</b>	<b>824 429,21 €</b>	<b>295 367 €</b>	<b>35,83%</b>
FF311: Transferências OE	1 488 624,00 €	1 119 796,11 €	1 507 732,00 €	824 429,21 €	295 367 €	35,83%
<b>03: EpT</b>	<b>1 301 854,00 €</b>	<b>74 866,43 €</b>	<b>1 815 000,00 €</b>	<b>25 368,99 €</b>	<b>49 497 €</b>	<b>195,11%</b>
FF311: Transferências OE	1 301 854,00 €	74 866,43 €	1 169 000,00 €	25 368,99 €	49 497 €	195,11%
FF522: Saldos Anteriores	0,00 €	0,00 €	646 000,00 €	0,00 €	0 €	-
	<b>11 920 968,00 €</b>	<b>9 624 951,86 €</b>	<b>10 483 426,00 €</b>	<b>7 511 693,91 €</b>	<b>2 113 258 €</b>	<b>28,13%</b>

Em 2022, expurgando a aplicação financeira em CEDIC junto do IGCP, a execução do orçamento dos Serviços Próprios do Tribunal Constitucional superou os 7 milhões de euros; por sua vez, a execução do orçamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos excedeu 1 milhão de euros. Mais se assinala que o orçamento da Entidade para a Transparência foi, na totalidade, financiado por Transferências do Orçamento do Estado.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

### 5.3.1. Subdivisão 01: Serviços Próprios do TC

Tomando como referência a execução de 2021 e de 2022, verifica-se que as despesas com pessoal foram, quase na totalidade, financiadas por Transferências do OE e que as despesas de funcionamento do Tribunal Constitucional foram financiadas por Receitas Próprias e por Transferências do OE.

SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Natureza da Despesa	2022		Grau de Execução	2021
	Orç Corrigido	Execução		Execução
<b>FF311: Transferências OE</b>	<b>6 649 825,00 €</b>	<b>6 298 052,95 €</b>	<b>94,71%</b>	<b>5 955 431,01 €</b>
D01 Despesas c/ Pessoal	6 244 069,00 €	5 922 835,06 €	94,86%	5 834 347,17 €
D02: Aq Bens e Serviços	260 004,00 €	241 891,96 €	93,03%	62 438,35 €
D06: Outras Despesas Correntes	1 543,00 €	0,00 €	0,00%	-
D07: Aq Bens de Capital	144 209,00 €	133 325,93 €	92,45%	58 645,49 €
<b>FF513: Receita Própria</b>	<b>1 089 252,00 €</b>	<b>740 824,21 €</b>	<b>68,01%</b>	<b>706 464,70 €</b>
D01 Despesas c/ Pessoal	7 726,00 €	7 723,03 €	99,96%	6 533,22 €
D02: Aq Bens e Serviços	988 534,00 €	687 188,10 €	69,51%	610 135,76 €
D04: Transferências Correntes	2 000,00 €	2 000,00 €	100,00%	3 500,00 €
D06: Outras Despesas Correntes	14 667,00 €	1 016,15 €	6,93%	1 905,73 €
D07: Aq Bens de Capital	76 325,00 €	42 896,93 €	56,20%	84 389,99 €
<b>FF522: Saldos Anteriores</b>	<b>1 391 413,00 €</b>	<b>1 391 412,16 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00 €</b>
D09 Ativos Financeiros	1 391 413,00 €	1 391 412,16 €	100,00%	-
	<b>9 130 490,00 €</b>	<b>8 430 289,32 €</b>	<b>92,33%</b>	<b>6 661 895,71 €</b>

A taxa de execução do orçamento de 2022 ascendeu a 92,33%, destacando-se a execução relativa a despesa financiada por Transferências do Orçamento do Estado (94,71%); a despesa financiada por Saldos Anteriores apresenta um grau de 100% devido à aplicação financeira em CEDIC junto do IGCP, com início a 15 de dezembro de 2022 e vencimento a 2 de janeiro de 2023, em conformidade com o disposto nos n.ºs 6, 7, e 8 do artigo 101.º do DLEO/22 e com o disposto no Despacho n.º 14343/2022. A taxa de execução relativa a despesa financiada por Receitas Próprias do ano foi de 68,01%.

Sublinha-se a execução de alterações orçamentais com origem na Subdivisão 02: ECFP e na Subdivisão 03: EpT, no montante de 32.016 euros e 198.146 euros, respetivamente.

O montante total não executado ascendeu a 700.237,58 euros, dos quais 351.772,05 euros na fonte de financiamento Transferências do Orçamento do Estado e 348.464,69 euros na fonte de financiamento Receitas Próprias do ano.



*[Handwritten signature and initials]*  
Es.

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Na fonte de financiamento Transferências do Orçamento do Estado, o montante não executado é significativo no agrupamento de classificação económica “despesas com o pessoal”, em resultado do hiato temporal no preenchimento de lugares de assessores e secretárias pessoais, pessoal do mapa do Gabinete dos Juízes, das dificuldades inerentes ao processo de recrutamento de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública, i.e., ao recrutamento por mobilidade, e da saída de trabalhadores para a situação de aposentação.

SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Transferências OE	2022		Montante não executado
	Orç Corrigido	Execução	
D01: Despesas com Pessoal	6 244 069,00 €	5 922 835,06 €	321 233,94 €
D0101: Remunerações Certas e Permanentes	4 932 650,00 €	4 663 758,72 €	268 891,28 €
D0102: Abonos Variáveis ou Eventuais	139 436,00 €	133 825,93 €	5 610,07 €
D0103: Segurança Social	1 171 983,00 €	1 125 250,41 €	46 732,59 €
D02: Aq. Bens e Serviços	260 004,00 €	241 891,96 €	18 112,04 €
(...)	(...)	(...)	(...)
	6 649 825,00 €	6 298 052,95 €	351 772,05 €

Na fonte de financiamento Receitas Próprias, o montante não executado (348.465,53 euros) está relacionado com a diferença entre as previsões corrigidas e os montantes efetivamente cobrados. Refere-se a este propósito que o grau de execução das receitas próprias foi de 68,64%, o que limitou a execução da despesa nesta fonte de financiamento.

SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Receitas Próprias	2022		Montante não executado
	Orç Corrigido	Execução	
D01: Despesas com Pessoal	7 726,00 €	7 723,03 €	2,97 €
D02: Aq. Bens e Serviços	988 534,00 €	687 188,10 €	301 345,90 €
D0201: Aq. Bens	95 800,00 €	69 623,35 €	26 176,65 €
D0202: Aq. Serviços	892 734,00 €	617 564,75 €	275 169,25 €
D04: Transferências Correntes	2 000,00 €	2 000,00 €	0,00 €
D06: Outras Despesas Correntes	14 667,00 €	1 016,15 €	13 650,85 €
D07: Aq. Bens de Capital	76 325,00 €	42 896,93 €	33 428,07 €
D09: Ativos Financeiros	1 391 413,00 €	1 391 412,16 €	0,84 €
	2 480 665,00 €	2 132 236,37 €	348 428,63 €

Assinala-se que, no âmbito da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, se procedeu ao registo dos compromissos no sistema contabilístico GeRFiP e ao controlo dos respetivos valores face aos fundos disponíveis, conforme recomendado pela DGO no Manual de apoio à aplicação da LCPA (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho) – Manual de Procedimentos (documento PDF v.4 - 29/10/2015, página 11), tendo o Tribunal terminado o ano económico sem qualquer pagamento em atraso.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*  
An  
Cj.

### 5.3.2. Subdivisão 02: Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

O quadro infra apresenta o detalhe da execução do orçamento de 2022 da Entidade das Contas Financiamentos Políticos (ECFP).

ECFP FF311: Transferências OE Natureza da Despesa	2022		Grau de Execução	2021
	Orç Corrigido	Execução		Execução
D01: Despesas com Pessoal	777 104,00 €	524 217,86 €	67,46%	456 516,81 €
D0101: Remunerações Certas e Permanentes	619 262,00 €	417 036,03 €	67,34%	348 797,18 €
D0102: Abonos Variáveis ou Eventuais	11 760,00 €	5 098,80 €	43,36%	14 325,57 €
D0103: Segurança Social	146 082,00 €	102 083,03 €	69,88%	93 394,06 €
D02: Aq. Bens e Serviços	545 249,00 €	429 310,95 €	78,74%	365 176,88 €
D0201: Aq. Bens	2 016,00 €	1 905,83 €	94,54%	1 109,85 €
D0202: Aq. Serviços	543 233,00 €	427 405,12 €	78,68%	364 067,03 €
D06: Outras Despesas Correntes	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
D07: Aq. Bens de Capital	166 271,00 €	166 267,30 €	100,00%	2 735,52 €
	1 488 624,00 €	1 119 796,11 €	75,22%	824 429,21 €

O crescimento do grau de execução do orçamento – mais 20,54 ponto percentuais relativamente à taxa de execução registada em 2021 (54,68%) – está relacionado com:

- Remunerações *Certas e Permanentes* e Contribuições para a Segurança Social e CGA (+68.238,85 euros), não obstante a persistência das dificuldades de recrutamento de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública, i.e., do recrutamento por mobilidade;
- *Aquisição de Bens e Serviços* (+64.133,12 euros), respeitante, designadamente, a prestações de serviço enquadradas na rubrica de classificação económica D02.02.14: Estudos, pareceres, projetos e consultadoria;
- *Aquisição de Bens de Capital* (+163.531,78 euros), referente à execução do contrato de aquisição de serviços de implementação do Sistema de Informação da ECFP.





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
Am  
mi  
es.

### 5.3.3. Subdivisão 03: Entidade para a Transparência

O quadro infra apresenta o detalhe da execução do orçamento de 2022 da Entidade para a Transparência (EpT).

EpT Natureza da Despesa	2022		Grau de Execução	2021
	Orç Corrigido	Execução		Execução
<b>FF311: Transferências OE</b>	<b>1 301 854,00 €</b>	<b>74 866,43 €</b>	<b>5,75%</b>	<b>1 169 000,00 €</b>
D01: Despesas com Pessoal	331 000,00 €	0,00 €	0,00%	-
D0101: Remunerações Certas e Permanentes	331 000,00 €	0,00 €	0,00%	-
D02: Aq. Bens e Serviços	58 610,00 €	39 691,80 €	67,72%	61 716,00 €
D0202: Aq. Serviços	58 610,00 €	39 691,80 €	67,72%	61 716,00 €
D06: Outras Despesas Correntes	607 204,00 €	0,00 €	0,00%	1 061 774,00 €
D0602: Outras Despesas Correntes	607 204,00 €	0,00 €	0,00%	1 061 774,00 €
D07: Aq. Bens de Capital	305 040,00 €	35 174,63 €	11,53%	45 510,00 €
<b>FF522: Saldos Anteriores</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-</b>	<b>646 000,00 €</b>
D06: Outras Despesas Correntes	0,00 €	0,00 €	-	646 000,00 €
D0602: Outras Despesas Correntes	0,00 €	0,00 €	-	646 000,00 €
	<b>1 301 854,00 €</b>	<b>74 866,43 €</b>	<b>5,75%</b>	<b>1 815 000,00 €</b>

O grau de execução do orçamento de Receitas de impostos (FF311: Transferências OE), 5,7%, está relacionado com:

- a não concretização da cedência de instalações (cf. artigo 4.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro);
- a execução do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência e serviços conexos de assessoria informática, nomeadamente a aquisição de serviços de consultoria nas áreas da segurança eletrónica e de dados e das tecnologias de informação e de comunicação.

Importa referir que o orçamento da Subdivisão 01: SP foi reforçado com verbas do orçamento da Subdivisão 03: EpT, em 168.921,00 euros, montante aferido pelo Tribunal relativamente ao tempo de trabalho prestado pelos assessores do Gabinete do Presidente no âmbito dos procedimentos pré-contratuais e da execução dos contratos associados à instalação da Entidade para a Transparência.



*[Handwritten signature and initials]*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 5.4. CONTINGÊNCIA COVID-19

O quadro infra apresenta a execução no âmbito do plano de Contingência Covid-19 devidamente inscrita nas medidas: 095 – “Contingência Covid-19: prevenção, contenção, mitigação e tratamento” e 096 – “Contingência Covid-19: garantir normalidade”, conforme Circular Série A da DGO n.º 1398, de 8 de abril de 2020, que ascende a 44.336,22 euros.

COVID-19	2022			2021	
	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos	Grau Execução	Pagamentos Líquidos	Execução
Medida 095	2 525,00 €	2 523,87 €	99,96%	2 523,87 €	6 383,84 €
Aq. Bens e Serviços	2 525,00 €	2 523,87 €	99,96%	2 523,87 €	6 383,84 €
Máscaras/ Álcool Gel	2 549,00 €	2 348,16 €	99,96%	2 348,16 €	6 383,84 €
Desinf. e Nebulização	176,00 €	175,71 €	99,84%	175,71 €	-
Medida 096	9 749,00 €	9 685,62 €	99,35%	9 685,62 €	37 952,38 €
Aq. Bens e Serviços	437,00 €	374,52 €	85,70%	374,52 €	4 566,17 €
Informática: acessórios	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	551,04 €
Comunicações móveis	437,00 €	374,52 €	85,70%	374,52 €	2 170,13 €
Informática: serviços	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	1 845,00 €
Aq. Bens Capital	9 312,00 €	9 311,10 €	99,99%	9 311,10 €	33 386,21 €
Informática: Hardware	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	26 208,84 €
Informática: Licenças	9 312,00 €	9 311,10 €	99,99%	9 311,10 €	3 579,37 €
Eq. Mobiliário	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	3 598,00 €
<b>Total</b>	<b>12 274,00 €</b>	<b>12 209,49 €</b>	<b>99,47%</b>	<b>11 477,35 €</b>	<b>44 336,22 €</b>

Do quadro supra destaca-se:

- na medida 095 – “Contingência COVID-2019: prevenção, contenção, mitigação e tratamento”, a execução do contrato de fornecimento de álcool gel, que representa 20,46% do total dos pagamentos;
- na medida 096 – “Contingência COVID-019: garantir normalidade”, a aquisição de licenças informáticas relacionadas com o teletrabalho, que representa 81,13% do total dos pagamentos.

Concluído o plano de desconfinamento, é possível prever a redução significativa ou mesmo a extinção das necessidades que foram impostas pela doença COVID-19, com o correspondente impacto nas contas do Tribunal Constitucional.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*

### 5.5. APURAMENTO DE SALDOS

2022	Receita Cobrada Líquida	Execução	Saldo
Transferências OE	7 655 088,88 €	7 492 715,49 €	162 373,39 €
Subd 01: SP	6 305 736,21 €	6 298 052,95 €	7 683,26 €
Subd 02: ECFP	1 127 382,81 €	1 119 796,11 €	7 586,70 €
Subd 03: EpT	221 969,86 €	74 866,43 €	147 103,43 €
Receita Própria:	2 139 066,02€	2 132 236,37 €	6 829,65 €
do ano	747 653,86 €	740 824,21 €	6 829,65 €
de anos anteriores	1 391 412,16 €	1 391 412,16 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>9 794 154,90 €</b>	<b>9 624 951,86€</b>	<b>169 203,04 €</b>



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*

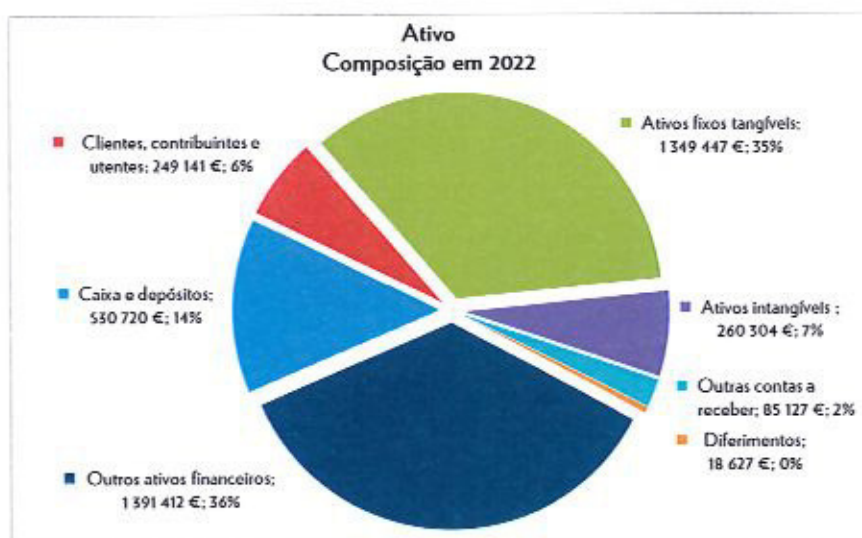
### 6. ANÁLISE DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 6.1. BALANÇO

O Tribunal Constitucional adotou, em 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que assegura a comparabilidade da informação da presente descrição financeira.

##### 6.1.1. Balanço: ATIVO

O ativo do Tribunal Constitucional é constituído, essencialmente, pela aplicação CEDIC e montantes depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (1.922.132 €) e pelo Ativo fixo tangível (1.349.447€), com um peso no ativo total de 50% e 35%, respetivamente.



Na distribuição entre os ativos destaca-se o segmento “Outras contas a receber” (85.127 €; 2%) que materializa o registo de acréscimo de rendimentos, a título de especialização, de Documentos Únicos de Cobrança (DUC’s) e processos judiciais em trânsito.

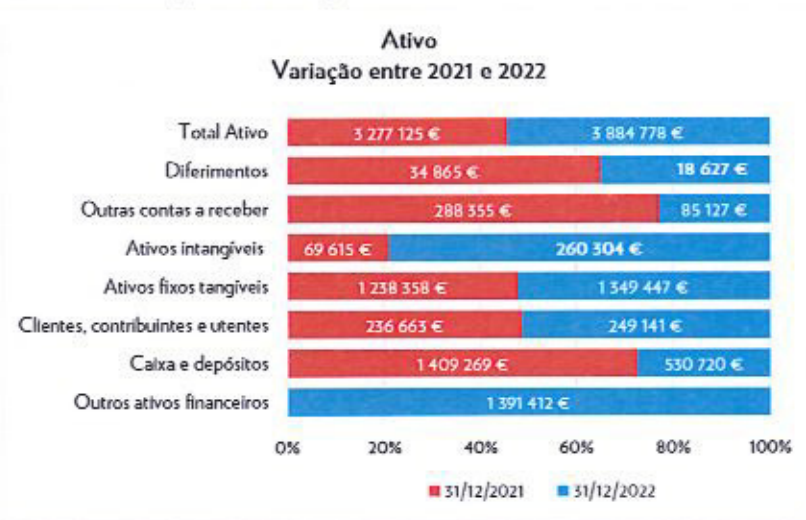
O saldo de cliente apurado na conta “Clientes, contribuintes e utentes” apresenta o montante de 249.141 euros, representando 6% do ativo total.



*Handwritten signature and initials*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Por comparação com 2021, destaca-se também o crescimento da rubrica “ativos intangíveis” relativos a aquisição de programas informáticos para a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e para a Entidade para a Transparência.



A redução da rubrica “caixa e depósitos” reflete a subscrição de CEDIC junto do IGCP, no montante de 1.391.412,16 euros. Relativamente aos dados do Ativo do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

	31-12-2022	31-12-2021	Varição	%	Peso
Outros ativos financeiros	1 391 412 €	0 €	1 391 412 €		36%
Caixa e depósitos	530 720 €	1 409 269 €	-878 549 €	-62%	14%
Clientes, contribuintes e utentes	249 141 €	236 663 €	12 478 €	5%	6%
Ativos fixos tangíveis	1 349 447 €	1 238 358 €	111 089 €	9%	35%
Ativos intangíveis	260 304 €	69 615 €	190 689 €	274%	7%
Outras contas a receber	85 127 €	288 355 €	-203 227 €	-70%	2%
Diferimentos	18 627 €	34 865 €	-16 238 €	-47%	0%
<b>Total Ativo</b>	<b>3 884 778 €</b>	<b>3 277 125 €</b>	<b>607 653 €</b>	<b>-24%</b>	<b>100%</b>

### 6.1.2. Balanço: PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

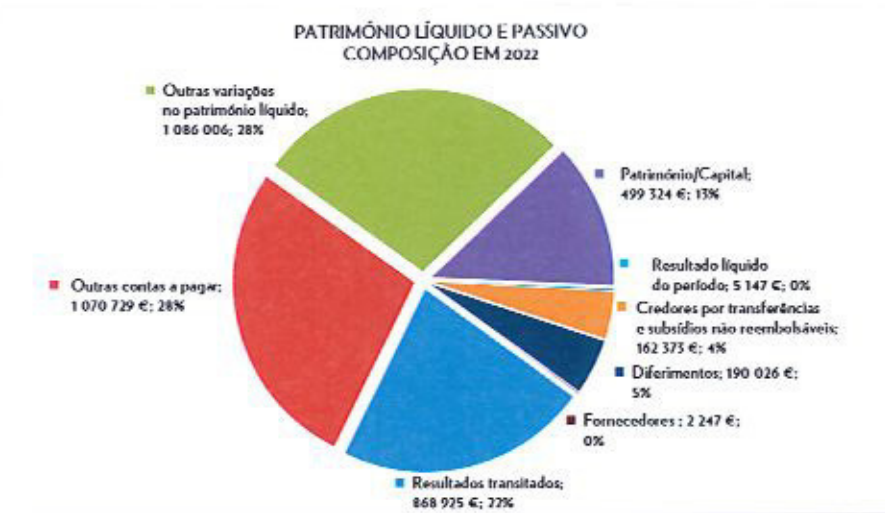
O Passivo do Tribunal Constitucional tem pouca expressão, sendo composto por outras contas a pagar (1.070.729 euros) – montante que inclui a estimativa do subsídio de férias e os encargos sobre remunerações, a serem pagos em 2023, e a estimativa de fornecimentos e serviços externos por faturar –, pelo saldo de gerência a restituir ao Estado (162.373 euros) e



Handwritten signature and initials in blue ink.

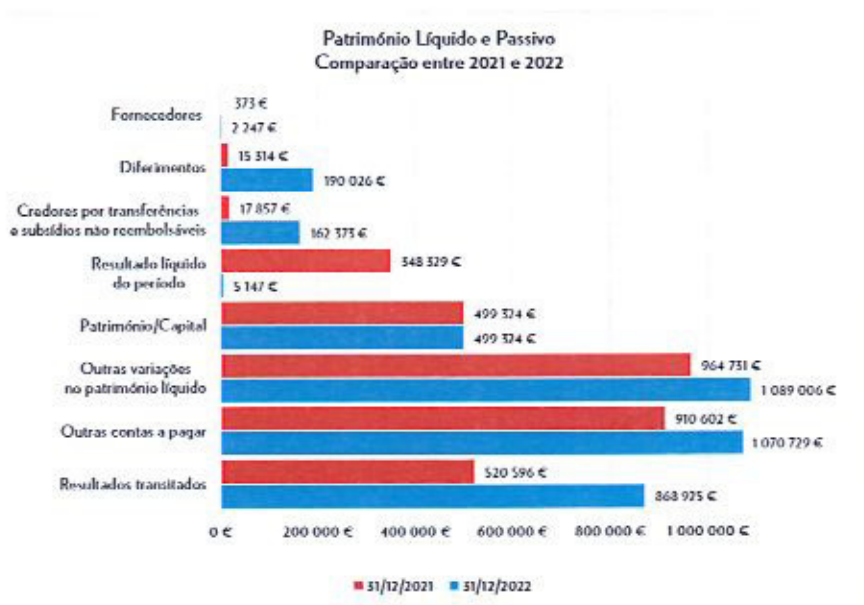
## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

por diferimentos de subsídios a investimentos que transitaram em curso, no final do exercício de 2022 (190.026 euros).



Realça-se também a expressão do item *Outras variações* no património líquido (1.086.006 euros) que resulta de transferências de capital para cobertura do investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Por comparação entre 2021 e 2022, os montantes do Património Líquido e Passivo apresentam alguma estabilidade.





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten notes:*  
↑  
Am  
es.

Relativamente aos dados do Passivo e Património Líquido do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

Rubricas	31-12-2022	31-12-2021	Variação	%	Peso
Resultados transitados	868 925 €	520 596 €	348 329 €	67%	22%
Outras contas a pagar	1 070 729 €	910 602 €	160 128 €	18%	28%
Outras variações no património líquido	1 086 006 €	964 731	121 276 €	13%	28%
Património/Capital	499 324 €	499 324 €	0 €	0%	13%
Resultado líquido do período	5 147 €	348 329 €	-343 182 €	-99%	0%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	162 373 €	17 857 €	144 516 €	809%	4%
Diferimentos	190 026 €	15 314 €	174 713 €	1141%	5%
Fornecedores	2 247 €	373 €	1 874 €	502%	0%
Fornecedores de investimentos	0 €	0 €	0 €	-	0%
<b>Total Passivo e Património Líquido</b>	<b>3 884 778 €</b>	<b>3 277 125 €</b>	<b>607 653 €</b>	<b>20%</b>	<b>100%</b>

### 6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No Relatório de Gestão não foi possível dar integral cumprimento ao previsto no parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) – Contabilidade de Gestão, nomeadamente quanto à afetação por cada bem, serviço ou atividade final dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento, na medida em que plataforma de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (*GeRFiP*) carece de desenvolvimentos, que são da responsabilidade da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (*eSPap*).

#### 6.2.1. Demonstração de Resultados: GASTOS

Os gastos do Tribunal Constitucional são essencialmente derivados de custos de pessoal (6.452.110 euros), consequência natural das competências exercidas, com alguma necessidade de contratação de serviços externos.

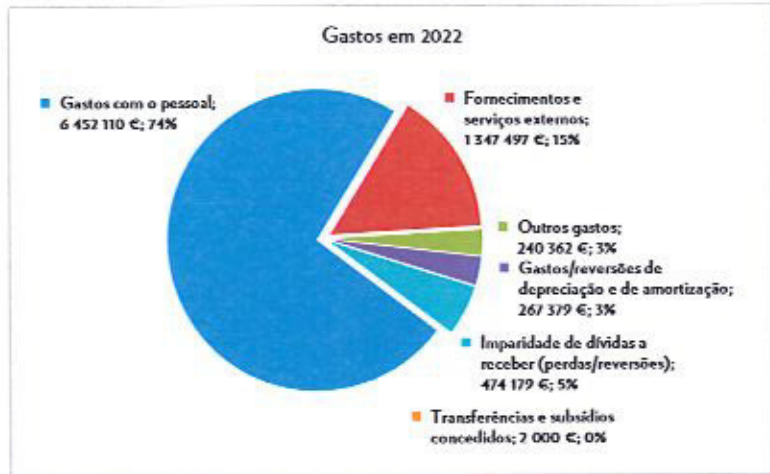
Acrescem os gastos resultantes do arrendamento das instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, bem como os encargos de manutenção das instalações, conservação e reparações. Existem também encargos com assessorias técnicas e honorários.



*Handwritten signature and initials*

### TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Os restantes gastos integram o reforço de imparidades de contas a receber, as transferências concedidas (2.000 euros), que corresponde à contribuição para a Conferência Mundial de Justiça Constitucional, e outros gastos referentes a dívidas incobráveis.



Na análise da variação de gastos entre 2021 e 2022 são de destacar a inexistência de gastos com juros e a redução de transferências concedidas (1.500 euros). Por outro lado, assiste-se a um crescimento em “outros gastos”, resultante, essencialmente, de dívida de clientes incobráveis, bem como em “gastos/reversões de depreciação e de amortização”, consequência das aquisições de ativos em 2022.



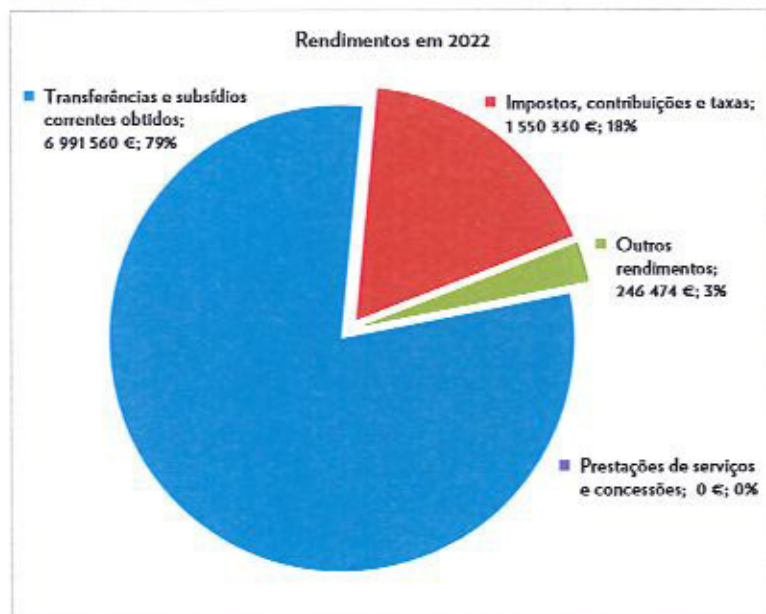




*[Handwritten signature]*  
Am  
os.

### 6.2.2. Demonstração de Resultados: RENDIMENTOS

No caso dos rendimentos, como resulta natural, as transferências do Orçamento do Estado apresentam a maior preponderância, a justificar 79% dos rendimentos.



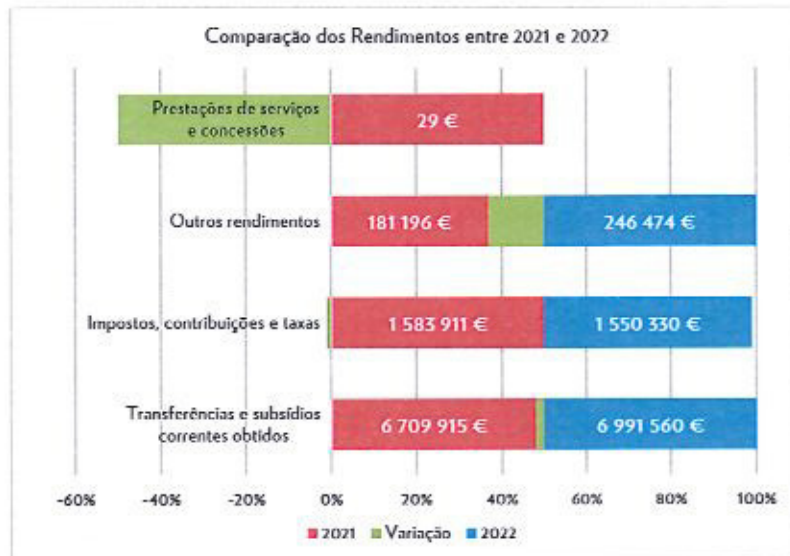
As receitas próprias, que resultam da aplicação das custas processuais inerentes à atividade jurisdicional, têm alguma expressão. Sem relevância surgem as vendas de cópias da Biblioteca ou de livros editados pelo Tribunal.

Assim, em termos de composição, os rendimentos com maior expressão de mudança foram os inscritos no item *Outros rendimentos*, nomeadamente a especialização do rendimento de ativos cuja aquisição foi financiada pelo orçamento de impostos, conforme expresso no gráfico infra.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten notes:*  
 1 - f  
 Ann  
 es



Relativamente aos dados de Gastos, de Rendimentos e de Resultados do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

Rubricas	2022	2021	Varição	%	Peso (Transf.)
<b>Rendimentos</b>	<b>8 788 364 €</b>	<b>8 475 050 €</b>	<b>313 314 €</b>	<b>4%</b>	<b>100%</b>
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 991 560 €	6 709 915 €	281 645 €	4%	80%
Impostos, contribuições e taxas	1 550 330 €	1 583 911 €	-33 581 €	-2%	18%
Outros rendimentos	246 474 €	181 196 €	65 279 €	36%	3%
Prestações de serviços e concessões	0 €	29 €	-29 €	-100%	0%
<b>Gastos</b>	<b>8 783 528 €</b>	<b>8 126 722 €</b>	<b>656 807 €</b>	<b>8%</b>	<b>100%</b>
Gastos com o pessoal	6 452 110 €	6 303 255 €	148 856 €	2%	73%
Fornecimentos e serviços externos	1 347 497 €	1 029 957 €	317 540 €	31%	15%
Outros gastos	240 362 €	151 477 €	88 886 €	59%	3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	267 379 €	221 134 €	46 245 €	21%	3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	474 179 €	417 399 €	56 780 €	14%	5%
Juros e gastos similares suportados	0 €	0 €	0 €	-	0%
Transferências e subsídios concedidos	2 000 €	3 500 €	-1 500 €	-43%	0%
<b>Resultados</b>	<b>-4 836 €</b>	<b>348 329 €</b>	<b>-343 493 €</b>	<b>-99%</b>	<b>0%</b>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	272 215 €	569 463 €	-297 248 €	-52%	0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 836 €	348 329 €	-343 493 €	-99%	0%
Resultado líquido do período	5 147 €	348 329 €	-343 182 €	-99%	3%



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

### 7. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não foram verificados acontecimentos após a data do relato suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas. Contudo, importa destacar que em 15 de fevereiro de 2023 tomaram posse os membros da Entidade para a Transparência – Presidente, Ana Raquel Moniz; os Vogais, Mónica Maria Bessa Correia e Pedro Mascarenhas Nunes.

### 8. ACONTECIMENTOS FUTUROS

Com a criação, pela Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, da Entidade para a Transparência, o Tribunal Constitucional passou a ter na sua dependência administrativa e financeira, a par com a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP), um novo órgão independente, que tem por “atribuição” a apreciação e fiscalização das declarações de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Caberá ao Tribunal Constitucional projetar a estrutura organizativa da Entidade para a Transparência, avaliar as necessidades de recursos humanos e respetivas qualificações – tendo nomeadamente em consideração o pronunciado alargamento, promovido pela Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, do universo de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos abrangido por obrigações declarativas – e proceder ao seu recrutamento, assim como equipar e preparar as instalações – que o Governo ainda não disponibilizou – para o seu funcionamento, o que obrigará a desencadear inúmeros procedimentos de consulta e de contratação pública (locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços).

### 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na sequência do que tem sido prática nos anos transatos, propõe-se que o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 5.147 euros, seja transferido para resultados transitados.

### 10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Tribunal Constitucional não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações ou a quaisquer outras entidades públicas.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. BALANÇO

##### 1.1. ATIVO

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1.349.446,57	1.258.357,77
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	260.303,69	69.614,63
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
<b>Total de Ativo não corrente</b>		<b>1.609.750,26</b>	<b>1.307.972,40</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	9; 18.2 a)	249.141,08	236.663,14
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	23.1 a)	85.127,23	288.354,72
Diferimentos	23.1 a)	18.677,05	34.865,17
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	18.2 c)	1.391.412,16	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.2 e)	530.720,06	1.409.269,43
<b>Total do Ativo corrente</b>		<b>2.275.027,58</b>	<b>1.969.152,46</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.884.777,84</b>	<b>3.277.124,86</b>



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signatures and initials:*  
AAR  
m  
os.

### 1.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	23.2	499.524,02	499.324,02
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	23.2	868.924,94	520.596,23
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido	23.2	1.086.006,41	964.730,65
Resultado líquido do período	23.2	5.147,10	348.328,71
<b>Total de Património Líquido</b>		<b>2.459.402,47</b>	<b>2.332.979,61</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
<b>Total do Passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores transfer, e sub. não reembolsáveis	23.3 a)	162.373,39	17.857,27
Fornecedores	18.2	2.746,55	372,91
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23.3 b)	1.070.729,34	910.601,57
Diferimentos	23.3 b)	190.026,09	15.313,50
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
<b>Total do Passivo corrente</b>		<b>1.425.375,37</b>	<b>944.145,25</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.425.375,37</b>	<b>944.145,25</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>3.884.777,84</b>	<b>3.277.124,86</b>



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

1  
f  
Ata  
nr.  
es.

### 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
Impostos, contribuições e taxas	14	1.550.330,34	1.583.911,30
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	13	0,00	28,65
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	6.991.559,75	6.709.914,78
Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo mat. vend., mat. consum, e inv. transf		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-1.347.497,40	-1.029.957,19
Gastos com pessoal	19.1	-6.452.110,34	-6.303.254,59
Transferências e subsídios concedidos		-2.000,00	-3.500,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp.de invent. e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)	9	-474.179,10	-417.399,12
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imp. invest, não dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23.4 b)	246.474,24	181.195,68
Outros gastos	23.4 c)	-240.362,49	-151.476,89
Result. antes deprec. e gastos de financiamento		272.215,00	569.462,62
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-267.379,13	-221.135,91
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac (antes de gastos financiamento)		4.835,87	348.328,71
Juros e rendimentos similares obtidos	23.4 d)	311,23	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		5.147,10	348.328,71
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5.147,10	348.328,71



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Património Líquido, incluindo as dimensões do Património Líquido, da entidade que controla											Total do património líquido	
		Capital / Património Subscrito	Ações (partes) emitidas	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em anos financeiros	Excedentes de reavaliação	Cursos variações no património	Resultado líquido	TOTAL		Interesses quando controlam
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)</b>		499.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00	570.596,25	0,00	0,00	964.730,65	348.328,71	2.332.979,61	0,00	2.332.979,61
Ajustamentos de transição de ref. contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação e resp. variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.275,76	0,00	131.275,76	0,00	131.275,76
Cursos alt. reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	121.275,76	0,00	121.275,76	0,00	121.275,76
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)</b>														5.147,10
<b>RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)</b>														106.422,86
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Erros de cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cursos operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.328,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.328,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-348.328,71
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)-(5)</b>		499.324,02	0,00	0,00	0,00	0,00	868.574,94	0,00	0,00	1.086.006,41	5.147,10	2.459.402,47	0,00	2.459.402,47

*[Handwritten signatures and initials]*





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials:*  
Luis

### 4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		0,00	28,65
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos transferências e subsídios correntes		7.177.896,26	6.790.922,32
Recebimentos de utentes		744.551,50	826.585,36
Pagamentos a fornecedores		-1.206.590,61	-1.059.429,98
Pagamentos ao pessoal		-6.454.775,95	-6.297.397,20
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-2.000,00	-3.500,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas Operações		259.081,20	257.209,15
Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		344.995,60	-157.119,30
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>604.074,80</b>	<b>100.089,85</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitante a:			
Ativos fixos tangíveis		-324.469,66	-85.593,48
Ativos intangíveis		-244.687,33	-59.214,77
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	-4.652,75
Recebimentos proveniente de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		752,36	0,00
Subsídios ao investimento		477.192,62	32.164,16
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-91.212,01</b>	<b>-117.296,84</b>



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

17  
Am  
OS.

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de cap. e de out. instrumentos de cap.		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de cap. e de outros instrumentos de cap.		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		512.862,79	-17.206,99
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		1.409.269,43	1.426.476,42
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		1.922.132,22	1.409.269,43
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		1.409.269,43	1.426.476,42
-Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior (SGA)		1.409.269,43	1.426.476,42
SGA De execução orçamental		1.409.269,43	1.304.178,60
SGA De operações de tesouraria		0,00	122.297,82
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		1.922.132,22	1.409.269,43
-Equivalentes a caixa no fim do período		-1.391.412,16	0,00
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		530.720,06	1.409.269,43
SGS De execução orçamental		169.205,04	1.409.269,43
SGS De operações de tesouraria		361.517,02	0,00



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

ANEXO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP e segue o número de ordem do modelo geral apresentado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

##### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

- a) Designação da entidade: Tribunal Constitucional
- b) NIF: 600014193
- c) Endereço: Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa (1249 117)
- d) Código da classificação orgânica: 01.0.04.01
- e) Tutela: Órgãos de Soberania - Encargos Gerais do Estado
- f) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

O Tribunal rege-se pela Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional (LTC), com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 143/85, de 26 de novembro, 85/89, de 7 de setembro, 88/95, de 1 de setembro, e 13-A/98, de 26 de fevereiro, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2011, de 30 de novembro, 5/2015, de 10 de abril, 11/2015, de 28 de agosto, 1/2018, de 19 de abril, 4/2019, de 13 de setembro, e 1/2022, de 4 de janeiro.

A organização, composição e funcionamento da secretaria e dos serviços de apoio do Tribunal Constitucional encontram-se definidos no Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2015, de 16 de setembro.

Junto do Tribunal Constitucional funciona a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, criada pela Lei do Financiamento dos Partidos Políticos (Lei n.º 19/2003, de 20 de junho). A sua organização e funcionamento são regulados pela Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril, e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro. Acresce um novo órgão independente, a Entidade para a Transparência, criada pela Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

g) As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Ao Tribunal Constitucional compete apreciar a constitucionalidade e a legalidade de normas, nos termos dos artigos 277.º e seguintes da Constituição, bem como exercer as demais competências previstas na Constituição e na LTC.

O funcionamento do Tribunal compreende a gestão de processos judiciais e a gestão de recursos (bibliotecários, de informação jurídica e documental, informáticos, humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais).

O orçamento do Tribunal Constitucional é financiado por receitas gerais do Estado e pelas suas receitas próprias. Está integrado no Ministério 01–Encargos Gerais do Estado, com a classificação orgânica:

Secretaria:	1	– ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – ATIVIDADES – SFA
Capítulo:	04	– TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Divisão:	01	– TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Subdivisão	01	– Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP)
Subdivisão	02	– Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECFP)
Subdivisão	03	– Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT)

O orçamento, enquadrado no Programa 001 – Órgãos de Soberania, Medida 001– Serviços Gerais da A.P. - Administração Geral, contempla duas atividades:

- **Atividade 263: Atividade Judicial**  
Engloba as despesas de pessoal e de funcionamento dos Serviços Próprios do Tribunal (Subdivisão 01).
- **Atividade 264: Controlo Financeiro e Efetivação de Responsabilidades Financeiras**  
Engloba as despesas da Entidades das Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência – órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03).



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional compreendem:

### *O Plenário de Juízes*

Nos termos do artigo 222.º da Lei Fundamental e do artigo 12.º da LTC, é composto por 13 Juízes, sendo 10 designados pela Assembleia da República, por maioria qualificada, e os 3 restantes cooptados pelos Juízes eleitos. Pelo menos 6 Juízes têm de ser escolhidos de entre juízes dos demais tribunais, e os restantes de entre juristas.

### *O Presidente e o Vice-Presidente*

Eleitos pelos Juízes do Tribunal Constitucional por voto secreto.

### *O Conselho Administrativo*

Constituído pelo Presidente, por 2 Juízes, pelo Secretário-Geral e pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, tendo, designadamente, por competências, a gestão financeira corrente, a elaboração das propostas de orçamento e a organização das contas de gerência (artigo 47.º-F da LTC).

Os serviços do Tribunal Constitucional, salvo os Gabinetes, são dirigidos pelo Secretário-Geral – sob a superintendência do Presidente do Tribunal – e compreendem as seguintes unidades funcionais:

### *O Gabinete do Presidente*

Com assessores e secretárias pessoais, dirigidos por um chefe de gabinete.

### *O Gabinete do Vice-Presidente*

Com assessores e secretária pessoal.

### *O Gabinete de Juízes*

Com assessores e secretárias pessoais.

### *O Gabinete de Relações Externas*

Com técnicos superiores.

### *O Gabinete do Ministério Público*

Com assessores e secretárias pessoais.

### *A Secretaria Judicial*

Dirigida por um secretário de justiça. Integra uma Secção Central e quatro secções de processos, todas dirigidas por escrivães de direito.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### *O Departamento Administrativo e Financeiro*

Dirigido por um diretor de serviços.

### *O Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica*

Dirigido por um diretor de serviços.

### *O Centro de Informática*

Dirigido por um diretor de serviços.

O Tribunal dispõe de um Manual de Controlo Interno, versão 2.0, de julho de 2021. No Manual, o sistema de controlo interno visa garantir, ao abrigo do SNC-AP:

- A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo;
- O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
- A salvaguarda do património;
- A aprovação e o controlo de documentos;
- A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- O incremento da eficiência das operações;
- A adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- O registo oportuno das operações pela quantia correta em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis;
- Uma adequada gestão de riscos.

O documento está dividido em 7 partes (Geral, Tesouraria, Gestão de receita e controlo de contas correntes, Gestão de aquisição de bens e serviços e controlo de contas correntes, Gestão de ativos fixos tangíveis e intangíveis na sua titularidade, Gestão de inventário e Fundo de maneiio).



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Em matéria de organização dos processos contabilísticos, os documentos de suporte são conservados do seguinte modo:

**Despesa** – Os processos de despesa são arquivados por número de autorização de pagamento e por classificação económica de despesa. Estes processos são compostos por proposta de realização de despesa, cabimento, nota de encomenda, autorização de pagamento, fatura, recibo comprovativo de pagamento. Os processos relativos aos contratos de aquisição de serviços ou fornecimento de bens são arquivados individualmente, de acordo com a natureza do contrato e com o respetivo fornecedor, e encontram-se ordenados conforme a data de lançamento dos procedimentos pré-contratuais.

**Outras Operações** – As Solicitações de Transferência de Fundos submetidas à Direção-Geral do Orçamento encontram-se arquivadas, por meses, em suporte informático, devidamente assinadas de forma digital. As folhas de vencimento e respetivos documentos de suporte dos abonos processados mensalmente, bem como os correspondentes descontos e retenções e respetivos comprovativos das entregas e pagamentos efetuados encontram-se arquivados, por meses, em formato físico.

Relativamente a sistemas de informação, a informação contabilística respeitante ao orçamento anual do Tribunal é gerida através da solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (GeRFiP), desenvolvida pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

A gestão dos recursos humanos e o processamento de vencimentos é feita através do Sistema de Recurso Humanos (SRH), desenvolvido e mantido pela Direção-Geral do Orçamento, ligado ao GeRFiP através da Interface Financeiro de Vencimentos (IFV).

A gestão de processos judiciais é feita de forma integrada através do Sistema de Gestão de Informação da Secretaria Judicial. A aplicação foi concebida em ambiente Dot Net, utilizando a linguagem C-Sharp, e à medida do Tribunal Constitucional. É composta pelos seguintes módulos:

- Registo de entradas;
- Distribuição de processos;
- Secções;





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

- Classificação de acórdãos, onde são coligidos dados relativos à jurisprudência produzida, informação que depois de tratada juridicamente é disponibilizada para consulta pública no sítio da Internet do Tribunal Constitucional;
- Repositório UDAP, que consiste numa compilação dos textos integrais dos acórdãos e no controlo das respetivas declarações de voto;
- Processamento de contas;
- Interface SIBS;
- Interface Expedição;
- Interface Tribunais;
- Registo dos detentores de cargos políticos para controlo das Declarações de Rendimentos e de Incompatibilidades; e
- Interface DAF – movimentos financeiros.

A gestão documental, baseada numa aplicação comum, permite agregar a produção, a tramitação, o uso, a avaliação e o arquivo de documentos.

São, ainda, utilizadas aplicações de utilização generalizada com base em software da Microsoft.

### 1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a) Referencial Contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras são apresentadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Esclarece-se, em todo o caso, o cumprimento da NCP 25 - Relato por Segmentos e da NCP 27 - Contabilidade de Gestão está dependente desenvolvimentos informáticos na aplicação GeRFiP, que escapam ao controlo do TC.

A IPSAS 33 admite um período de transição de 3 anos para as entidades publicarem as suas contas em conformidade com as suas disposições, quando estejam em causa matérias justificadamente mais complexas, de modo a prevenir o incumprimento. O referido período de transição termina em 2023, dado que foi implementado com referência a 1 de janeiro 2020.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo ou não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

No decorrer do exercício não existiram quaisquer casos excepcionais que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram aplicadas nas demonstrações financeiras para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

### d) Valores de caixa e depósitos bancários indisponíveis para uso

O montante de 162.373,39€ está indisponível para uso dado tratar-se do valor de saldo de gerência a entregar ao Tesouro.

### e) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2021 e de 2022, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos é a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Depósitos à Ordem no Tesouro	530 720,06 €	1 409 269,43 €	-878 549,37 €	-62%
Depósitos a Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Depósitos Consignados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
Depósitos de Garantias e Cauções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
<b>Total de Caixa e Depósitos</b>	<b>530 720,06 €</b>	<b>1 409 269,43 €</b>	<b>-878 549,37 €</b>	<b>-62%</b>

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística Pública n.º 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

#### 2.1.1. Apresentação Apropriada e Conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira,



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten text]*

o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

### 2.1.2. Informação Comparativa

A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada para todas as quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras, respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade; as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta: (i) a natureza de reclassificação; (ii) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e (iii) a razão para a reclassificação.

### 2.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras têm-se mantido consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 2.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

### 2.1.5. Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, não houve lugar a compensações, exceto se exigidas por uma NCP.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
An  
es.

### 2.1.6. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas em relação ao futuro, o Tribunal Constitucional continuará a operar no pressuposto de que não haverá necessidade alterar consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia, que levou a uma adaptação nos processos de trabalho do Tribunal.

## 2.2. OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se descrevem na presente nota. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

### ▪ Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade. Estas despesas apenas são reconhecidas como ativo quando seja provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Tribunal Constitucional.

### ▪ Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas após o início de utilização dos bens pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### ▪ Imparidade de ativos

É efetuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

### ▪ Instrumentos financeiros

Nos instrumentos financeiros, são adotadas as seguintes políticas por classes de instrumentos:

- Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são registados ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.
- Fornecedores e outras contas a pagar são registadas ao custo.
- Caixa e equivalentes de caixa estão registados ao custo. Inclui os valores em caixa e depósitos.

### ▪ Património/Capital

Corresponde à diferença entre os Ativos e Passivos apurado em 2011, aquando da adoção do POCP.

### ▪ Outras variações no património líquido

Corresponde às receitas obtidas do orçamento do Estado para financiamento de despesas de capital, posteriormente reconhecidas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos adquiridos através dessa fonte de financiamento.

### ▪ Provisões, ativos e passivos contingentes

O Tribunal Constitucional analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### ▪ Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

- **Rédito**

O Rédito é reconhecido líquido e registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços.

- **Benefícios dos empregados**

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, despesas de representação, subsídio de alojamento, ajudas de custo, abono para falhas, prémios e subsídio de trabalho extraordinário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para Sistemas de Proteção Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vencem-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral do Tribunal Constitucional, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

### 2.3. JULGAMENTOS (EXCETUANDO OS QUE ENVOLVEM ESTIMATIVAS)

#### QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten 'es.']*

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- acréscimo de rendimentos relativo a processos a aguardar trânsito em julgado;
- registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes;
- estimativa de férias e de subsídio de férias associados aos empregados.

### 2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Tribunal Constitucional, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes a essa data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

### 2.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Como principal fonte de incerteza refere-se a estimativa de Perda de imparidade de clientes, contribuintes e utentes, atendendo à incerteza relativa à eficácia do processo de cobrança das dívidas a 31.12.2022 enviadas para execução fiscal junto da AT. À data de emissão das contas, o valor ascende a 1.080.894 euros.

Por prudência – impossibilidade de reconhecimento de dívidas a receber de contas anteriores a 1.1.2019 e o impacto da pandemia da doença Covid-19 na atividade dos serviços do Tribunal Constitucional e na cobrança de execuções junto da AT (suspensão de prazos) –, poderá a estimativa ser excessiva e consequentemente resultar na reversão da Perda de Imparidade que terá como consequência um aumento do valor do ativo, correspondente ao valor que venha a ser cobrado. Em 2022, a reversão de perdas de imparidade totalizou 76.537,20 euros.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

### 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

##### a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

##### b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou linha reta).

##### c) Quantia escriturada no início e no final do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>RUBRICAS</b>								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	126 168,94 €	71 876,71 €	0,00	54 301,15 €	221 301,21 €	125 866,08 €	0,00	95 435,13 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	15 313,50 €	0,00	0,00	15 313,50 €	164 868,56 €	0,00	0,00	164 868,56 €
<b>Total</b>	<b>141 482,44 €</b>	<b>71 876,71 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>69 614,63 €</b>	<b>386 169,77 €</b>	<b>125 866,08 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>260 303,69 €</b>

##### d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*J*  
*San*  
*es.*

### e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final	
		Adições	Transferência internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	54 301,13 €	95 163,77 €	-28,87 €	0,00	0,00	0,00	-54 000,90 €	0,00	0,00	0,00	95 435,13 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	15 313,50 €	52 729,16 €	96 825,60 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 868,56 €
<b>Total</b>	<b>69 614,63 €</b>	<b>147 893,23 €</b>	<b>96 796,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-54 000,90 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>260 303,69 €</b>

### i) Ativos intangíveis – Adições

Durante o exercício de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Ativos intangíveis – adições	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	95 163,77 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95 163,77 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00	52 729,46 €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 729,46 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>147 893,23 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>147 893,23 €</b>

As adições representam o investimento em licenças de software e certificados digitais enquanto que o ativo intangível em curso é formado pela plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses e respetivos serviços de consultoria.

### ii) Ativos intangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiram diminuições nos ativos intangíveis no Tribunal Constitucional.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*  
AFR  
Es.

### 5. ATIVOS TANGÍVEIS

#### 5.1. ATIVOS TANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

##### a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2021 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações. Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2021 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

##### b) Método de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), e mediante a aplicação retrospectiva do Classificador Complementar 2 – cadastros do SNC-AP (CC2) relativamente às construções em Edifícios e outras construções.

##### c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials*

d) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>RUBRICAS</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	128 486,99 €	28 111,04 €	0,00 €	100 375,95 €	155 047,28 €	28 115,75 €	0,00 €	126 931,53 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	128 486,99 €	28 111,04 €	0,00 €	100 375,95 €	155 047,28 €	28 115,75 €	0,00 €	126 931,53 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	419 587,92 €	120 595,18 €	29 224,18 €	269 768,56 €	542 381,76 €	161 074,75 €	29 224,18 €	352 082,83 €
Equipamento básico	1 576 933,90 €	1 318 551,08 €	0,00 €	258 402,82 €	1 659 912,99 €	1 419 220,97 €	0,00 €	240 662,00 €
Equipamento de transporte	694 744,98 €	648 605,95 €	0,00 €	46 139,03 €	522 119,90 €	496 527,72 €	0,00 €	25 592,18 €
Equipamento administrativo	644 500,94 €	485 451,97 €	0,00 €	159 048,97 €	693 213,65 €	519 288,84 €	0,00 €	173 924,81 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	1 356 520,88 €	951 896,46 €	0,00 €	404 624,42 €	1 362 616,25 €	969 691,41 €	0,00 €	392 924,84 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 328,38 €	0,00 €	0,00 €	37 328,38 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>4 692 308,62 €</b>	<b>3 525 102,62 €</b>	<b>29 224,18 €</b>	<b>1 137 981,82 €</b>	<b>4 817 592,91 €</b>	<b>3 565 855,69 €</b>	<b>29 224,18 €</b>	<b>1 222 515,04 €</b>
<b>Total</b>	<b>4 820 795,61 €</b>	<b>3 553 215,66 €</b>	<b>29 224,18 €</b>	<b>1 238 357,77 €</b>	<b>4 922 640,19 €</b>	<b>3 591 969,44 €</b>	<b>29 224,18 €</b>	<b>1 349 446,57 €</b>

e) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do período	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>RUBRICAS</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	100 375,95 €	11 428,97 €	15 126,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	126 931,53 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	100 375,95 €	11 428,97 €	15 126,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	126 931,53 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials*

Ativos Fixos Tangíveis - Quanto Escriturada e Variações do período	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>RUBRICAS</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	269 768,56 €	122 793,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-40 479,57 €	0,00 €	352 082,83 €
Equipamento básico	258 402,87 €	82 979,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-200 719,89 €	0,00 €	240 662,00 €
Equipamento de transporte	46 159,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-20 546,87 €	0,00 €	25 592,18 €
Equipamento administrativo	159 046,97 €	48 812,53 €	-97,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-55 856,95 €	0,00 €	173 924,81 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	404 624,42 €	117 920,97 €	-111 825,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-17 724,95 €	0,00 €	392 924,84 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	37 328,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 328,38 €
Outros ativos fixos tangíveis	1 157 981,82 €	409 834,79 €	-111 923,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-213 378,23 €	0,00 €	0,00 €	1 222 515,04 €
<b>Total</b>	<b>1 258 357,77 €</b>	<b>421 263,76 €</b>	<b>-96 796,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-213 378,23 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 549 446,57 €</b>

i) Ativos fixos tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Ativos Fixos Tangíveis - Adições	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>RUBRICAS</b>											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	11 428,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 428,97 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	11 428,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 428,97 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	122 793,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	122 793,84 €
Equipamento básico	0,00 €	82 979,07 €	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83 079,07 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	48 812,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	48 812,53 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	117 920,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	117 920,97 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	37 328,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 328,38 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	409 834,79 €	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	409 934,79 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>421 263,76 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>100,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>421 263,76 €</b>

No decorrer do ano de 2022, o Tribunal Constitucional realizou adições no total de 421.263,76 euros, destacando-se o investimento realizado no quadro da reorganização espacial dos serviços (122.793,84 euros em "Edifícios e outras construções" e 48.812,53 euros em "Equipamento administrativo") e as aquisições em Equipamento Básico (82.979,07 euros), como: computadores e monitores, servidor, equipamentos de videoconferência e press box, entre outros. O ativo intangível em curso corresponde a obra de remodelação no piso nobre do Palácio Ratton, nomeadamente nas instalações sanitárias e na copa.

Os valores registados na rubrica de Património histórico, artístico e cultural correspondem a aquisições de monografias para a Biblioteca do Tribunal Constitucional.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials:*  
F  
A  
M  
es.

### ii) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiram diminuições nos ativos tangíveis no Tribunal Constitucional, mas procedeu-se ao registo da alienação de 5 viaturas integralmente depreciadas, de valor total de aquisição de 172.625,08 euros, viaturas com matrículas dos seguintes anos: 1999 (1), 2000 (1), 2002 (1) 2004 (1) e 2005 (1).

## 5.6. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS TANGÍVEIS

### a) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O Tribunal não possui atualmente ativos fixos tangíveis que estejam temporariamente sem uso pois procedeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ao abate de 5 viaturas referenciadas com diagnóstico de irreparáveis de que resultou um rendimento de 750 euros.

### b) A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso

O Tribunal possui atualmente ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda se encontram em uso, nomeadamente 12 viaturas da frota automóvel com mais de 18 anos de idade.

## 6. LOCAÇÕES

### 6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS - LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, o Tribunal Constitucional mantém os seguintes locatários:

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Pagamentos Efectuados Acumulados				Futuros Pagamentos Mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos Mínimos	Rendos Contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendos Contingentes					
Equipamento administrativo	88 240,74 €	20 980,49 €		87 809,92 €	14,10 €	0,00 €		14,10 €	14,10 €	
Ricoh	87 010,20 €	20 513,60 €		86 593,48 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Multimac	1 210,54 €	466,89 €		1 716,44 €	14,10 €	0,00 €		14,10 €	14,10 €	
Edifícios e outras Construções	99 000,00 €	99 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Findmore	99 000,00 €	99 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Equipamento Básico	10 009,95 €	4 075,09 €		7 661,77 €	391,36 €	0,00 €		391,36 €	391,36 €	
Palácio de Melo	5 313,60 €	1 726,92 €		5 313,60 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	
Rentokid	4 696,33 €	7 348,17 €		2 348,17 €	391,36 €	0,00 €		391,36 €	391,36 €	
<b>Total</b>	<b>197 250,67 €</b>	<b>124 055,58 €</b>		<b>95 471,69 €</b>	<b>405,46 €</b>	<b>0,00 €</b>		<b>405,46 €</b>	<b>405,46 €</b>	

O contrato com a *Findmore*, que tem por objeto o arrendamento das instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

O contrato com a *Ricoh*, que tem por objeto o fornecimento, instalação e configuração de equipamentos multifunções de cópia, impressão e digitalização, consumíveis e plafond mensal de cópias e o contrato com a *Multimac*, que tem por objeto a locação de um equipamento multifunções com serviço de fax.

O contrato com a *Pinheiro de Melo*, que tem por objeto o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de purificação de água para a sede do Tribunal Constitucional e para as instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

O contrato com a *Rentokil*, que tem por objeto o fornecimento de recargas para higienizadores de mãos à base de álcool.

### 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Com a implementação do novo referencial contabilístico, ao introduzir as contas correntes de custas judiciais, foram tidas em consideração também as imparidades, parte das quais foram reconhecidas em 2022 e as restantes, com origem em 2019 a 2021, foram inscritas no balanço inicial.

Foram reconhecidas imparidades com base na antiguidade dos valores em dívida, tendo-se considerado os seguintes critérios para contas a receber:

Situação da conta a receber	Montante a reconhecer de imparidade
Por vencer	0%
Vencidas a menos de 6 meses	80%
Vencidas a menos de 12 meses, mas mais de 6 meses	85%
Vencidas a menos de 18 meses, mas a mais de 12 meses	95%
Vencidas a menos de 24 meses, mas mais de 18 meses	98%
Vencidas a mais de 24 meses	100%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Quantia Escriturada de Imparidade Inicial (1)	Reforço (1)	Reversão (3)	Utilização (4)	Quantia Escriturada de Imparidade Final (5)-(1)+(2)-(3)-(4)
Cientes, Contribuintes e Utentes	1 664 868,97 €	570 688,30 €	86 525,20 €		2 149 031,07 €

O montante da quantia escriturada inicial corresponde ao valor reconhecido em sede de balanço inicial, destacando-se as reversões (cobrança de custas em imparidade) que representam 5,2% daquele valor.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*J*  
*Amor*  
*es.*

### 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

#### a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

Prestação de Serviços: o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

#### b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, recebidos nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Prestação de Serviços	0,00 €	28,65 €	-28,65 €	-100%
Impostos, contribuições e taxas	1 550 330,34 €	1 583 911,30 €	-33 580,96 €	-2%

Os rendimentos provenientes de Prestação de Serviços referem-se a vendas de fotocópias pela Biblioteca do Tribunal Constitucional.

Os rendimentos provenientes das taxas, no montante de 1.550.330,34 euros, estão em conformidade com o Regime de Custas – Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2008, de 2 de junho.

### 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

#### 14.1. DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 991 559,75 €	6 709 914,78 €	281 644,97 €	4%

Os rendimentos provenientes das transferências no valor de 6.991.559,75 euros dizem respeito a transferências do Orçamento do Estado.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*JF*  
*mi*  
*ap*  
*os.*

### 17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não foram verificados acontecimentos após a data do relato suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas. Contudo, importa destacar que em 15 de fevereiro de 2023 tomaram posse os membros da Entidade para a Transparência – Presidente, Ana Raquel Moniz; os Vogais, Mónica Maria Bessa Correia e Pedro Mascarenhas Nunes.

### 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade. A rubrica de depósito à ordem – ativos financeiros – está mensurada pelo justo valor.

#### 18.2. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

##### a) Clientes, contribuintes e utentes

O Tribunal Constitucional apresenta um saldo de clientes no montante de 249.141,08 euros, assim discriminado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Clientes	249 141,08 €	236 665,14 €	12 477,94 €	5%
Client/Cont/Utó -Clientes C./C.-Realí até 12 meses	59 908,00 €	127 787,40 €	-67 879,40 €	-53%
Client/Cont/Ut Cob Duv-Clientes	2 064 916,75 €	1 773 744,71 €	291 172,04 €	16%
Clientes-Perd P/Imparid Acumul-Realí até 12 meses	-2 149 034,07 €	-1 664 868,97 €	-484 165,10 €	29%

##### b) Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias de ativos financeiros estão detalhadas conforme segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Outras Contas a Receber	85 127,83 €	288 354,72 €	-203 226,89 €	-70%

O saldo de Outras Contas a Receber diz respeito à caução do contrato de arrendamento do espaço sede da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e à aplicação da especialização de rendimento de custas de 2022, a liquidar em 2023.





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials*

### c) Outros Ativos Financeiros

O Tribunal Constitucional subscreveu Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) (início a 15 de dezembro de 2022 e vencimento a 2 de janeiro de 2023).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Titulos de Dívida Pública - CEDIC's	1 391 412,16 €	0,00 €	1 391 412,16 €	-

### d) Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias de passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Aquisição de Bens e Serviços	2 246,55 €	372,91 €	1 873,64 €	502%

O passivo financeiro de 2022 corresponde a faturas da empresa Vodafone que se encontram em análise na sequência da alteração do plano tarifário.

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de desempenho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do Tribunal Constitucional foi remunerado de acordo com as respetivas funções. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano subsequente, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials:*  
F  
w,  
Am  
Os.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com Pessoal decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição em Valor	Varição em %
Gastos com Pessoal	6 452 110,34 €	6 303 254,59 €	148 855,75 €	2%
Remuneração Base - Orgãos Sociais	1 480 670,94 €	1 408 901,40 €	71 769,54 €	5%
Remuneração Base - Outros	2 207 983,76 €	2 122 816,36 €	85 167,40 €	4%
Subsídio de Férias e de Natal	692 200,05 €	679 559,89 €	12 640,16 €	2%
Subsídio de Refeição	117 205,23 €	106 010,18 €	11 195,05 €	11%
Ajudas de Custo	50 904,31 €	71 744,12 €	-20 839,81 €	-29%
Alimentação, Alojamento	804,12 €	55 749,58 €	-54 945,46 €	-99%
Despesas de Representação	55 822,32 €	64 018,16 €	-8 195,84 €	-13%
Outros Suplementos	323 479,85 €	305 289,99 €	18 189,84 €	6%
Outros Abonos	955,92 €	923,98 €	31,94 €	3%
Outros Benefícios	345,57 €	0,00 €	345,57 €	-
Suplementos e Prémios	236 309,86 €	198 877,54 €	37 432,32 €	19%
Trabalho Extraordinário	44 510,17 €	68 231,84 €	-23 721,67 €	-35%
Encargos Remunerações Seg. Social e CGA	1 211 250,72 €	1 171 311,41 €	39 939,31 €	3%
Seguro de acidentes de trabalho	120,07 €	0,00 €	120,07 €	-
Outros Encargos Sociais	18 468,18 €	22 110,87 €	-3 642,69 €	-16%
Encargos com a Saúde	112,07 €	45,00 €	67,07 €	-
Outros Gastos com Pessoal	11 057,22 €	27 664,27 €	-16 607,05 €	-60%

A variação de 2% em Gastos com Pessoal – Remuneração Base – Outros e Outros Gastos com Pessoal – resulta da atualização das remunerações conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro, e do crescimento de efetivos, em particular na Entidade das Contas, que originou um acréscimo de despesa nas rubricas Suplementos e Prémios e Encargos com Remunerações da Segurança Social e CGA.

## 20. PARTES RELACIONADAS

### 20.6. PESSOAS CHAVE DA GESTÃO

A remuneração agregada de pessoas chave da gestão (que integram o Conselho Administrativo) e o número de indivíduos com referência à gerência de 2022 foi a seguinte:

Descrição	Vencimento Base	Despesas de Representação	Subsídio de Alojamento	Subsídio de Compensação	Total Ilíquido
Juiz Conselheiro, Presidente	93 933,14 €	16 102,80 €	0,00 €	12 250,00 €	122 285,94 €
Juiz Conselheiro	93 933,14 €	0,00 €	0,00 €	12 250,00 €	106 183,14 €
Juiz Conselheiro	93 933,14 €	0,00 €	0,00 €	12 250,00 €	106 183,14 €
Secretário-Geral	52 905,58 €	9 448,56 €	0,00 €	0,00 €	62 354,14 €
Diretor DAI <sup>2</sup>	42 324,52 €	3 779,40 €	0,00 €	0,00 €	46 103,92 €



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 21. RELATO POR SEGMENTOS

Por referência ao estabelecido na NCP 25, o sistema de informação utilizado pelo Tribunal Constitucional carece de ajustamentos de parametrização para que as Demonstrações de Gestão sejam preparadas e divulgada a informação requerida para o relato por segmentos, o que abrange a atividade dos serviços próprios do Tribunal Constitucional, a atividade da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a atividade da Entidade para a Transparência.

Para esta divulgação importa observar a NCP 27 – Contabilidade de Gestão. No Relatório de Gestão e em diversas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Tribunal Constitucional. Relativamente à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e à Entidade para a Transparência – órgãos independentes, sem autonomia administrativa, que funcionam junto do Tribunal Constitucional – é apresentada informação no relatório de gestão e nas Demonstrações Orçamentais, em conformidade com a classificação orgânica do orçamento do Estado.

Relativamente a estas matérias o Tribunal Constitucional adota o previsto na IPSAS 33, que, como referido, estabelece um período de transição de 3 anos, sendo necessário aguardar pelos desenvolvimentos na solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (*GeRFiP*), da responsabilidade da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (*eSPap*). O referido período de transição termina em 2023, dado que foi implementado com referência a 1 de janeiro 2020.

### 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

#### 23.1. ATIVO

##### a) Outras contas a receber e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de outras contas a receber e diferimentos decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Acréscimo de Rendimentos	85 127,85	288 354,72	-203 226,89	-70%
Diferimentos	18 627,05	34 865,17	-16 238,12	-47%



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*  
os.

O valor de Acréscimo e Rendimentos reflete a especialização da receita referente a 2022, que será liquidada em 2023.

O valor de Diferimentos está essencialmente relacionado com a especialização de rendas de edifícios, de seguros automóvel e de licenciamento de software informático.

### 23.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do Património Líquido decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Património/Capital	499 324,02 €	499 324,02 €	0,00 €	0%
Resultados Transitados	868 924,94 €	520 596,23 €	348 328,71 €	67%
Outras variações Património Líquido	1 086 006,41 €	964 730,65 €	121 275,76 €	13%
Resultado Líquido do Período	5 147,10 €	348 328,71 €	-343 181,61 €	-99%

A variação ocorrida no Património Líquido na rubrica Resultado líquido do período deve-se à redução da reversão de perdas por imparidade (2022: 76.537,20 euros; 2021: 206.464,61 euros), ao aumento da dívida incobrável (2022: 205.710,50 euros; 2021: 141.689,04 euros), ao aumento dos gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” (2022: 1.347.497,40 euros; 2021: 1.029.957,19 euros) e ao aumento de gastos com pessoal (2022: 6.452.110,34 euros; 2021: 6.303.254,59 euros).

A rubrica “Outras Variações Património Líquido” compreende subsídios ao investimento no âmbito de aquisições de imobilizado com recurso a receitas de impostos. No corrente exercício, o saldo foi reforçado em 326.443 euros, deduzido pelo reconhecimento em Outros Rendimentos de subsídio ao investimento no valor de 205.167 euros.

A rubrica de Resultados Transitados inclui os ajustamentos de transição para o SNC-AP no valor de 1.010.769 euros, que, em 2021, foi deduzido em 7.500 euros após se ter verificado que um ativo doado estava indevidamente registado como tendo sido adquirido com fundos de receita de impostos. As variações tiveram impacto nas seguintes rubricas:

- “Ativos Correntes”
  - a) reconhecimento das contas correntes transitadas de 2019 referentes a DUC’s (Documento Único de Cobrança), emitidos nesse ano e não cobrados, no valor de 678.924,50 euros;



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

- b) desreconhecimento de acréscimo de rendimentos relativo a transferências do Orçamento do Estado sem cumprimento das condições previstas na NCP 14 no valor de 733.495,82 euros;
  - c) constituição de imparidades de clientes transitados de 2019 no valor de 509.326,32 euros;
  - d) reclassificação de inventários relativos a economato em gastos diferidos no valor de 8.053,56 euros;
  - e) reversão da imparidade de inventários que passaram a estar reclassificados em gastos diferidos no valor de 1.656,28 euros.
- *“Ativos não correntes - Ativos Fixos Tangíveis*

Em relação ao Ativo não Corrente, com a transição para o SNC-AP, a alteração consistiu na aplicação do Classificador Complementar 2 (CC2) em conformidade com as instruções da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística no valor de 29.224,18 euros. Acresce a reclassificação de Equipamento básico e Administrativo para Bens de Domínio Público de 95.388,47 euros.
  - *“Passivo Corrente*
    - a) reconhecimento do valor a entregar em 2020 do saldo de gerência de 2019 no valor de 1.291,60 euros;
    - b) reconhecimento do acréscimo de gastos de pessoal de abonos cujo processamento e pagamento ocorre com um “delay” de cerca de dois meses relativo a ajudas de custos no valor de 20.716,96 euros;
    - c) desreconhecimento de rendimento a reconhecer relacionado com receitas próprias identificados como operações de tesouraria no valor de 203.929,89 euros.
  - *“Património líquido*
    - a) Reconhecimento de subsídios ao investimento em Outras Variações de Património Líquido no valor de 601.224,39 euros;
    - b) Contrapartida em resultados transitados dos ajustamentos anteriores no valor de (-) 1.010.769 euros, de 55.692 euros de reconhecimentos, (-) 529.566 euros de desreconhecimentos, (-) 29.224 euros de alteração de critérios de mensuração e (-) 507.670 euros de processo de consagração de imparidades.





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
A.R.  
M.  
os.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>1 347 497,40 €</b>	<b>1 029 957,19 €</b>	<b>317 540,21 €</b>	<b>31%</b>
Deslocações e Estadas	57 550,95 €	16 600,80 €	40 950,15 €	247%
Despesas Representação	21 634,21 €	4 949,62 €	16 684,59 €	337%
Transporte Pessoal	38 131,18 €	22 809,58 €	15 321,60 €	67%
Publicidade, Comunicação e Imagem	20 580,51 €	6 169,47 €	14 411,04 €	234%
Renda e Alugueres	140 130,74 €	127 491,02 €	12 639,72 €	10%
Serviços de Limpeza	89 520,36 €	76 936,68 €	12 583,68 €	16%
Electricidade	39 456,07 €	27 262,51 €	12 193,56 €	45%
Outros Gastos Conservação e Reparação	37 473,41 €	26 015,33 €	11 458,08 €	44%
Transporte Mercadorias	10 891,65 €	0,00 €	10 891,65 €	-
Honorários - Apoio judiciário	10 536,99 €	0,00 €	10 536,99 €	-
Honorários - Contratos individuais de avença	8 549,97 €	0,00 €	8 549,97 €	-
Água	26 867,44 €	20 112,77 €	6 754,67 €	34%
Projectos de Arquitectura e Fiscalização Obras	5 904,00 €	0,00 €	5 904,00 €	-
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	4 679,49 €	0,00 €	4 679,49 €	-
Formação	9 463,90 €	4 855,23 €	4 608,67 €	95%
Outros Materiais	18 248,76 €	15 242,91 €	3 005,85 €	20%
Artigos para Oferta	5 650,71 €	2 665,00 €	2 985,71 €	112%
Outros Serviços Diversos	2 920,02 €	1 009,69 €	1 910,33 €	189%
Organização de eventos	936,00 €	0,00 €	936,00 €	-
Material de educação, cultura e recreio	685,38 €	0,00 €	685,38 €	-
Ferramentas e Utensílios	365,32 €	95,27 €	270,05 €	283%
Medicamentos e Artigos para Saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
Seguros	3 731,10 €	4 125,92 €	-394,82 €	-10%
Contencioso e Notariado	248,80 €	756,71 €	-507,91 €	-
Serviços de Vigilância e Segurança	45 620,68 €	50 715,37 €	-5 094,69 €	-10%
Assistência Técnica	19 040,18 €	25 173,57 €	-6 133,39 €	-24%
Conservação e Reparação Ativos Fixos	34 733,74 €	43 773,93 €	-9 040,19 €	-21%
Combustíveis	19 481,12 €	28 752,91 €	-9 271,79 €	-32%
Artigos de Higiene, Limpeza e Conforto	7 057,24 €	16 837,46 €	-9 780,22 €	-58%
Projectos e Serviços de Informática	5 806,44 €	16 840,27 €	-11 033,83 €	-66%
Comunicação	94 570,31 €	109 357,66 €	-14 787,35 €	-14%
Mat. Escritório	27 336,41 €	64 391,46 €	-37 055,05 €	-58%
Outros Serviços Especializados	90 761,69 €	144 885,63 €	-54 123,94 €	-37%
Livros e Documentação Técnica	0,00 €	48,00 €	-48,00 €	-100%

A variação positiva de 31% na globalidade da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é resultado do crescimento das rubricas “Outros Trabalhos Especializados” e de “Outros Honorários”, prestações de serviços contratadas, essencialmente, para a ECFP e para a EpT.

Destacam-se as diversas rubricas associadas a encargos suportados com a organização, nos dias 30 de junho e 1 de julho de 2022, da 5.ª Assembleia da CJCPLP e com a preparação da Comemoração do 40.º aniversário do Tribunal. A “Comunicação e Imagem” integra a produção de um conjunto de vídeos informativos destinados ao público em geral sobre a função, estrutura e a atividade do Tribunal. O aumento registado em “Formação” justifica-se com a retoma da atividade em conformidade com as diferentes fases do plano de desconfinamento, no âmbito da gestão da pandemia da doença Covid-19.

Regista-se ainda como resultado do crescimento dos preços da energia, o aumento de encargos com a “Eletricidade”.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
Lu.  
Os.

### b) Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas Outros Rendimentos decompõem-se como se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Outros Rendimentos	246 474,24	181 195,68	65 278,56	36%

O valor refletido em *Outros Rendimentos* tem origem no reconhecimento em rendimento de ativos cuja aquisição foi financiada por receitas do Orçamento do Estado.

### c) Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubricas Outros Gastos e Perdas decompõem-se como se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Outros Gastos e Perdas	240 362,49 €	151 476,89 €	88 885,60 €	59%

Os Outros Gastos dizem essencialmente respeito a dívidas de clientes incobráveis (205.710,50 euros).

### d) Rendimento de juros

Em 2022, o rendimento gerado da aplicação financeira em CEDIC foi de 311,23 euros.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação em Valor	Variação em %
Rendimentos de Juros - CEDIC	311,23 €	0,00	311,23	-

## 23.5. COVID-19

A pandemia provocada pela Covid-19 obrigou à introdução de medidas preventivas, através de um Plano Interno de Contingência, para fazer face ao surto e minimizar as consequências ao nível do normal funcionamento dos serviços do Tribunal Constitucional, no sentido de acautelar a saúde dos seus trabalhadores e prevenir fontes de contágio. Foram por isso adaptados os serviços no sentido de minimizar o contacto social, salvaguardando sempre os serviços essenciais. Não obstante não ser possível uma quantificação exata das consequências da pandemia para o orçamento do Tribunal Constitucional, é possível determinar as despesas pagas durante o ano de 2022 para fazer face à doença (12.209,49 euros).

Concluído o plano de desconfinamento, é possível prever a redução significativa ou mesmo a extinção das necessidades que foram impostas pela doença COVID-19 e, em idêntica amplitude o impacto nas contas do Tribunal Constitucional.





TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
André  
v.  
os

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten notes in blue ink:*  
1  
And  
m  
es.

### DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

#### 1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

As demonstrações previsionais são apresentadas todos os anos através do Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO) aquando da preparação do orçamento do Estado, estando os documentos disponíveis em:

<https://www.dgo.gov.pt/politicaorçamental/Paginas/OEpagina.aspx?Ano=2022&TipoOE=Or%u00e7amento+Estado+Aprovado&TipoDocumentos=Desenvolvimentos+Or%u00e7amentais>

Ainda no âmbito da preparação da proposta de orçamento, sublinha-se que a Circular 1404, de 2 de agosto de 2021, da Direção-Geral do Orçamento relativa às instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2022 não tem qualquer instrução quanto à plurianualidade, tendo sido comunicado o *planfond* anual de receitas gerais e solicitada a atualização da informação no SIGO.

#### 2. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme referido no ponto anterior, não foram transmitidas quaisquer instruções para a preparação de orçamentos plurianuais, pelo que os documentos previsionais apresentados têm por base o orçamento inicial da receita e da despesa.

#### 3. ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA

O orçamento inicial da receita aprovado (11.034.09 euros) é composto em 85,55% de receitas gerais com origem em impostos, 9,87% relativos a receitas próprias provenientes de custas e multas e de vendas de fotocópias pela Biblioteca do Tribunal Constitucional e 4,54% com origem em saldos dos anos anteriores, estando a receita detalhada de acordo com a seguinte tabela.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten notes and signatures:*  
Handwritten initials/signature in blue ink.  
Handwritten signature in black ink.  
Handwritten initials/signature in black ink.

### ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA

Rubrica	Designação	Orçamento 2022	
		Períodos anteriores	Período
	Receita Corrente	9 837 426,00 €	10 201 095,00 €
R1	Receita Fiscal		
R11	Impostos Diretos		
R12	Impostos Indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	835 138€	1 088 252€
R4	Rendimentos de propriedade		
R5	Transferências e Subsídios correntes		
R51	Transferências correntes		
R511	Administrações Públicas		
R5111	Administração Central – Estado Português	9 001 288,00 €	9 111 843,00 €
R5112	Administração Central - Outras entidades		
R5115	Segurança Social		
R5114	Administração Regional		
R5115	Administração Local		
R512	Exterior – EU		
R515	Outras		
R52	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	1 000,00 €	1 000,00 €
R7	Outras Receitas Correntes		
	Receita Capital		328 460 €
R8	Venda de bens de investimento		
R9	Transferências e Subsídios de capital		
R91	Transferências de capital		
R911	Administrações Públicas		
R9111	Administração Central – Estado Português		328.460 €
R9112	Administração Central - outras entidades		
R9113	Segurança social		
R9114	Administração Regional		
R9115	Administração Local		
R912	Exterior - U E		
R913	Outras		
R92	Subsídios de capital		
R10	Outras receitas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		
	Receita efetiva (1)	9 837 426,00 €	10 529 555,00 €
	Receita não efetiva (2)	646 000 €	504 654 €
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com Passivos financeiros		
R14	Saldos de gestão anterior - Operações orçamentais	646 000,00 €	504 654,00 €
	Receita Total (3) = (1) + (2) + R14	10 483 426,00 €	11 034 209,00 €



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*  
os.

### 4. ORÇAMENTO INICIAL DA DESPESA

O orçamento inicial da despesa aprovado (10 483 426 euros) é composto em 65,97% de despesa com pessoal, 13,19% relativos a despesa com a aquisição de bens e serviços e 19,39% em outras despesas correntes (incluiu o plafond definido pelo MF para a EpT). O montante reservado a rubricas de capital representa 1,39% do total da despesa orçamentada.

Rubrica	Designação	Orçamento 2022	
		Períodos anteriores	Período
	Despesa corrente	10.557.276,00 €	10 609 424,00 €
D1	Despesa com pessoal	6 915 838,00 €	7 846 019,00 €
D11	Remunerações certas e permanentes	5 458 528,00 €	6 399 460,00 €
D12	Abonos variáveis ou eventuais	168 688,00 €	128 824,00 €
D13	Segurança social	1 288 622,00 €	1 317 735,00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1 383 228,00 €	1 677 054,00 €
D3	Juros e outros encargos		
D4	Transferências e Subsídios correntes		
D41	Transferências correntes		
D411	Administrações Públicas		
D4111	Administração Central - Estado Português		
D4112	Administração Central - Outras entidades		
D4113	Segurança social		
D4114	Administração regional		
D4115	Administração local		
D412	Entidades do Sector não lucrativo		
D413	Famílias		
D414	Outras	5.500,00 €	2 000,00€
D42	Subsídios correntes		
D5	Outras Despesas Correntes	2.057.710,00 €	1 084 371,00 €
	Despesa de capital	146 150,00 €	424 785,00 €
D6	Aquisição de Bens de Capital	146 150,00 €	424 785,00 €
D7	Transferências e Subsídios de Capital		
D71	Transferências de Capital		
D711	Administrações Públicas		
D7111	Administração Central - Estado Português		
D7112	Administração Central - Outras entidades		
D7113	Segurança social		
D7114	Administração regional		
D7115	Administração local		
D712	Entidades do Sector não lucrativo		
D713	Famílias		
D714	Outras		
D72	Subsídios de Capital		
D8	Outras despesas de capital		
	Despesa Efetiva (4)	10.483.426,00 €	11 034 209,00€
	Despesa não efetiva (5)		
D9	Despesa com ativos financeiros		
D10	Despesa com passivos financeiros		
	Despesa Total (6) -(4)+(5)	10.483.426,00 €	11 034 209,00 €
	Saldo Total (3)-(6)	0,00 €	0,00 €
	Saldo global (1) - (4)	-646.000,00 €	-504 654,00 €
	Despesa Primária	10.483.426,00 €	11 034 209,00€
	Saldo corrente	-499 850,00 €	-408 329,00 €
	Saldo de capital	-146 150,00 €	-96 325,00 €
	Saldo primário	-646 000,00 €	-504 654,00 €



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### 5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Tribunal Constitucional não elaborou o Plano Plurianual de Investimento uma vez que não foi comunicado qualquer plafond por parte do Ministério das Finanças.

### 6. DEMONSTRAÇÃO DE RELATO INDIVIDUAL

#### 6.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	Fontes de financiamento (2022)					Total	2021
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios		
	Saldo de Gerência anterior	1 391 412,16	17 857,77	0,00	0,00	0,00	1 409 269,43	1 426 476,42
	Operações orçamentais (1)	1 391 412,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 391 412,16	1 270 745,85
	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00	17 857,27	0,00	0,00	0,00	17 857,27	33 442,75
	Receb. saldo oper. orçam. devolvida por enti terc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122 297,82
	Receita Corrente	744 551,50	7 177 896,26	0,00	0,00	0,00	7 922 447,76	7 617 546,54
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições sist. proteção social e subsist.saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Taxas, multas e outras penalidades	744 551,50	0,00	0,00	0,00	0,00	744 551,50	826 585,36
R5	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R51	Transferências e subsídios correntes	0,00	7 177 896,26	0,00	0,00	0,00	7 177 896,26	6 790 922,32
R511	Transferências correntes	0,00	7 177 896,26	0,00	0,00	0,00	7 177 896,26	6 790 922,32
R5111	Administrações Públicas	0,00	7 177 896,26	0,00	0,00	0,00	7 177 896,26	6 790 922,32
R5112	Administração Central - Estado Português	0,00	7 177 896,26	0,00	0,00	0,00	7 177 896,26	6 790 922,32
R51121	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Exterior -UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,65
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital	752,36	477 192,62	0,00	0,00	0,00	477 944,98	32 164,16
R8	Venda de bens de investimento	752,36	0,00	0,00	0,00	0,00	752,36	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	477 192,62	0,00	0,00	0,00	477 192,62	32 164,16
R91	Transferências de capital	0,00	477 192,62	0,00	0,00	0,00	477 192,62	32 164,16
R911	Administrações Públicas	0,00	477 192,62	0,00	0,00	0,00	477 192,62	32 164,16
R9111	Administração Central - Estado Português	0,00	477 192,62	0,00	0,00	0,00	477 192,62	32 164,16
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior -UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	2 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 350,00	527,00
	Receita Efetiva (2)	747 655,86	7 655 088,88	0,00	0,00	0,00	8 402 744,74	7 650 221,49
	Receita não Efetiva (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	2 139 066,02	7 655 088,88	0,00	0,00	0,00	9 794 154,90	8 970 965,54
	Operações Tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	2 413 108,65	2 413 108,65	2 033 915,26



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials*

A receita total do Tribunal Constitucional foi em 2022 de 9.794.154,90 euros, sendo que deste montante 1.391.412,16 euros resultam do saldo da gerência anterior, representando um aumento de 9,50%. A receita efetiva em 2022 foi de 8.402.742,74 euros, o que representa um aumento de 9,84%. A receita corrente aumentou 304.911,43 euros relativamente a 2021 e a receita de capital aumentou em 445.780,82 euros.

O orçamento do Tribunal Constitucional foi financiado por transferências do Orçamento do Estado no montante de 7.655.088,88 euros, mais 10,19% comparativamente a 2021 (6.823.086,48 euros) e por Receitas Próprias no montante de 747.653,86 euros [menos 9,61% face a 2021 (827.141,01 euros)].

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2022)					Total	2021
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos alheios		
	Despesa Corrente	697 977,28	7 157 947,63	0,00	0,00	0,00	7 855 874,91	7 362 232,91
D1	Despesas com o pessoal	7 723,03	6 447 052,92	0,00	0,00	0,00	6 454 775,95	6 297 397,20
D11	Remunerações certas e permanentes	7 441,65	5 080 794,75	0,00	0,00	0,00	5 088 736,40	4 910 905,64
D12	Abonos variáveis ou eventuais	281,38	138 924,73	0,00	0,00	0,00	139 206,11	185 088,24
D13	Segurança Social	0,00	1 227 333,44	0,00	0,00	0,00	1 227 333,44	1 201 403,32
D2	Aquisição de bens e serviços	687 188,10	710 894,71	0,00	0,00	0,00	1 398 082,81	1 059 429,98
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	3 500,00
D41	Transferências correntes	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	3 500,00
D411	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Outras	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	3 500,00
D42	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	1 016,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1 016,15	1 905,73
	Despesa de Capital	42 896,93	334 767,86	0,00	0,00	0,00	377 664,79	149 461,00
D6	Aquisição de bens de capital	42 896,93	334 767,86	0,00	0,00	0,00	377 664,79	149 461,00
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades do sector não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Despesa Efetiva (5)</b>	<b>740 824,21</b>	<b>7 492 715,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 233 539,70</b>	<b>7 511 693,91</b>
	Despesa não efetiva (6)	1 391 412,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 391 412,16	0,00
D9	Despesas com ativos financeiros	1 391 412,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1 391 412,16	0,00
D10	Despesas com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Soma (7) = (5) + (6)</b>	<b>2 132 236,37</b>	<b>7 492 715,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 624 951,86</b>	<b>7 511 693,91</b>
	Operações Tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051.591,63	2.051.591,63	2.156.213,08
	Saldo para a Gerência Seguinte	6 829,65	162 573,39	0,00	0,00	361 517,02	530 720,06	1 409 269,43
	Operações Orçamentais (8) = (4) - (7)	6 829,65	162 573,39	0,00	0,00	0,00	169 203,04	1 409 269,43
	Operações Tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	361 517,02	361 517,02	0,00



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature and initials]*

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2022)					Total	2021
		RP	RG	UF	FMPR	Fundos alheios		
	Saldo Global (2) - (5)	6 829,65	162.373,39	0,00	0,00	0,00	169.203,04	138.533,58
	Despesa Primária	740 824,21	7 492 715,49	0,00	0,00	0,00	8 233 539,70	7 511 693,91
	Saldo Corrente	46 624,22	19 948,63	0,00	0,00	0,00	66 572,85	255 505,42
	Saldo Capital	-42 144,57	142 424,76	0,00	0,00	0,00	100 280,19	-117 296,84
	Saldo Primário	6 829,65	162 373,39	0,00	0,00	0,00	169 203,04	138 533,58
	Receita Total (1) + (2) + (3)	2 159 066,02	7 655 088,88	0,00	0,00	0,00	9 794 154,90	8 920 963,34
	Despesa Total (5) + (6)	2 132 236,37	7 492 715,49	0,00	0,00	0,00	9 624 951,86	7 511 693,91

A execução orçamental do ano económico de 2022, despesa efetiva, totalizou 8.233.539,70 euros, dos quais 740 824,21 euros dizem respeito a despesa financiada por Receitas Próprias do ano.

A despesa total 8.233.539,70 representa um aumento de 721.845,79 euros face ao período homólogo e apresenta um grau de execução orçamental de 74,62%. Na despesa total 7.038.877,16 € 6.661.895,71 euros (85,49%) dizem respeito a despesas da 263: atividade judicial e 1.194.662,54 euros (14,51%) são referentes a despesas da atividade 264: controlo financeiro e efetivação de responsabilidades financeiras.

A execução global da receita e da despesa permitiu apurar um saldo primário de 169.203,04 euros.







TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Despesas corrigidas	Cargos (Descontos)	Cabimentos	Competências	Classificações	Despesas pagas líquidas de reposições			Competências a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental (%)
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			
D1	Despesa corrente		9 837 710,00 €	- €	8 498 824,38 €	8 037 019,79 €	7 819 832,63 €	57,91 €	7 852 077,50 €	7 835 874,57 €	191 982,17 €	3 952,71 €	32%
D11	Despesas com a pessoa		7 655 092,00 €	- €	6 035 582,91 €	6 454 775,95 €	6 454 775,95 €	- €	6 454 775,95 €	6 454 775,95 €	- €	- €	83%
D12	Remunerações e outras prestações		5 110 316,00 €	- €	5 412 397,34 €	5 240 216,40 €	5 088 236,40 €	- €	5 088 236,40 €	5 088 236,40 €	- €	- €	61%
D13	Alugueres, rendimentos e outros		151 478,00 €	- €	164 800,71 €	135 262,11 €	139 250,11 €	- €	139 250,11 €	139 250,11 €	- €	- €	92%
D14	Seguros Sociais		1 185 397,00 €	- €	1 277 962,18 €	1 227 332,44 €	1 227 332,44 €	- €	1 227 332,44 €	1 227 332,44 €	- €	- €	98%
D15	Alugueres de bens e serviços	372,19 €		- €	1 658 370,43 €	1 594 027,09 €	1 402 046,32 €	57,91 €	1 398 034,90 €	1 398 034,90 €	101 982,17 €	3 952,71 €	21%
D16	Juros e outros encargos			- €									
D17	Transferências e subsídios correntes			- €									
D18	Transferências correntes			- €									
D19	Transferências em capital			- €									
D20	Transferências em capital			- €									
D21	Transferências em capital			- €									
D22	Transferências em capital			- €									
D23	Transferências em capital			- €									
D24	Transferências em capital			- €									
D25	Transferências em capital			- €									
D26	Transferências em capital			- €									
D27	Transferências em capital			- €									
D28	Transferências em capital			- €									
D29	Transferências em capital			- €									
D30	Transferências em capital			- €									
D31	Transferências em capital			- €									
D32	Transferências em capital			- €									
D33	Transferências em capital			- €									
D34	Transferências em capital			- €									
D35	Transferências em capital			- €									
D36	Transferências em capital			- €									
D37	Transferências em capital			- €									
D38	Transferências em capital			- €									
D39	Transferências em capital			- €									
D40	Transferências em capital			- €									
D41	Transferências em capital			- €									
D42	Transferências em capital			- €									
D43	Transferências em capital			- €									
D44	Transferências em capital			- €									
D45	Transferências em capital			- €									
D46	Transferências em capital			- €									
D47	Transferências em capital			- €									
D48	Transferências em capital			- €									
D49	Transferências em capital			- €									
D50	Transferências em capital			- €									
D51	Transferências em capital			- €									
D52	Transferências em capital			- €									
D53	Transferências em capital			- €									
D54	Transferências em capital			- €									
D55	Transferências em capital			- €									
D56	Transferências em capital			- €									
D57	Transferências em capital			- €									
D58	Transferências em capital			- €									
D59	Transferências em capital			- €									
D60	Transferências em capital			- €									
D61	Transferências em capital			- €									
D62	Transferências em capital			- €									
D63	Transferências em capital			- €									
D64	Transferências em capital			- €									
D65	Transferências em capital			- €									
D66	Transferências em capital			- €									
D67	Transferências em capital			- €									
D68	Transferências em capital			- €									
D69	Transferências em capital			- €									
D70	Transferências em capital			- €									
D71	Transferências em capital			- €									
D72	Transferências em capital			- €									
D73	Transferências em capital			- €									
D74	Transferências em capital			- €									
D75	Transferências em capital			- €									
D76	Transferências em capital			- €									
D77	Transferências em capital			- €									
D78	Transferências em capital			- €									
D79	Transferências em capital			- €									
D80	Transferências em capital			- €									
D81	Transferências em capital			- €									
D82	Transferências em capital			- €									
D83	Transferências em capital			- €									
D84	Transferências em capital			- €									
D85	Transferências em capital			- €									
D86	Transferências em capital			- €									
D87	Transferências em capital			- €									
D88	Transferências em capital			- €									
D89	Transferências em capital			- €									
D90	Transferências em capital			- €									
D91	Transferências em capital			- €									
D92	Transferências em capital			- €									
D93	Transferências em capital			- €									
D94	Transferências em capital			- €									
D95	Transferências em capital			- €									
D96	Transferências em capital			- €									
D97	Transferências em capital			- €									
D98	Transferências em capital			- €									
D99	Transferências em capital			- €									
D100	Transferências em capital			- €									
Total		572,19 €	11 920 968,00 €	- €	10 099 055,65 €	10 059 709,28 €	9 628 760,17 €	57,91 €	9 624 895,55 €	9 624 991,66 €	401 799,71 €	3 952,71 €	80,24%

Handwritten signature and initials.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
1  
Ann  
v.  
Os.

#### 6.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Como referido anteriormente, o Tribunal Constitucional não elaborou o Plano Plurianual de Investimento uma vez que não foi comunicado qualquer plafond por parte do Ministério das Finanças.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
A  
M.  
O.

# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

---

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões Corrigidas
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
R1 - Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 - Impostos diretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 - Impostos indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 - Taxas, multas o outras penalidades		1 088 252,00	0,00	0,00	0,00	1 088 252,00
R3 - Taxas, multas o outras penalidades	P	0,00	295,00	3 100,00	0,00	-2 805,00
R4 - Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 - Transferências e subsídios correntes		9 111 845,00	416 913,00	703 975,00	0,00	8 824 783,00
R51 - Transferências correntes		9 111 843,00	416 913,00	703 975,00	0,00	8 824 783,00
R511 - Administrações Públicas		9 111 843,00	416 913,00	703 975,00	0,00	8 824 783,00
R5111 - Administração Central - Estado Português		9 111 843,00	0,00	0,00	0,00	9 111 843,00
R5111 - Administração Central - Estado Português	M	0,00	73 241,00	73 241,00	0,00	0,00
R5111 - Administração Central - Estado Português	P	0,00	343 672,00	630 732,00	0,00	-287 060,00
R5112 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5113 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512 - Exterior - U E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R513 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 - Venda de bens e serviços		0,00	0,00	298,00	0,00	-298,00
R6 - Venda de bens e serviços	P	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
R7 - Outras receitas correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 - Venda de bens de investimento		0,00	755,00	0,00	0,00	755,00
R9 - Transferências e subsídios de capital		328 460,00	299 640,00	12 580,00	0,00	615 520,00
R9.1 - Transferências de capital		328 460,00	299 640,00	12 580,00	0,00	615 520,00
R9.1.1 - Administrações Públicas		328 460,00	299 640,00	12 580,00	0,00	615 520,00
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		328 460,00	0,00	0,00	0,00	328 460,00
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P	0,00	299 640,00	12 580,00	0,00	287 060,00
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 - Exterior - U E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 - Outras receitas do capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	2 350,00	0,00	0,00	2 350,00
R12 - Receita com ativos financeiros		0,00	1 391 413,00	1 391 413,00	0,00	0,00
R13 - Receita com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		504 654,00	0,00	0,00	0,00	504 654,00
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	0,00	904 617,00	0,00	0,00	904 617,00
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	P	0,00	1 913 925,00	1 913 925,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>11 034 209,00</b>	<b>4 929 906,00</b>	<b>4 025 289,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 948 826,00</b>



*F*  
*Ana*  
*Lu.*  
*Os.*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Tendo presente que o Orçamento do Estado de 2022 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2022, há a considerar as alterações orçamentais de ajustamentos da conversão do orçamento transitório para o orçamento definitivo.

Em termos líquidos, foram efetuadas alterações orçamentais de reforço no montante de 904.617 euros, em que 17.858 euros correspondem a saldo da gerência anterior com origem em Receitas de Impostos e 886.759 euros foram alocados à subscrição de CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, com início a 15 de dezembro de 2022 e vencimento a 2 de janeiro de 2023, em conformidade com o disposto nos n.ºs 6, 7, e 8 do artigo 101.º do DLEO/22 e com o disposto no Despacho n.º 14343/2022.

O valor de 287.060 euros transitou de Transferências Correntes para reforçar as Transferências de Capitais da FF 311: Receita de Impostos.

As alterações orçamentais foram devidamente aprovadas pela Secretária-Geral do Tribunal Constitucional.

### 2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Foram efetuadas alterações orçamentais de reforço da despesa no total de 5.180.925 euros mais 886.759 euros relativamente às anulações.

No seguimento da integração do saldo inicialmente aprovado no valor total de 504.654 euros foi promovida a correção entre fontes de financiamento, da FF 513: Receitas Próprias para a FF 522: Saldos de Receitas Próprias.

A despesa no âmbito do plano de Contingência Covid-19, inscrita na medida 095 (prevenção, contenção, mitigação e tratamento) e na medida 096 (garantir normalidade) da FF 311: Receita de Impostos, implicou a realização de alterações orçamentais no valor de 9.925 euros.

A seguir apresenta-se o quadro das alterações orçamentais entre rubricas de classificação económica da despesa.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten initials]*

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA**

Rubricas	Tipo	Despesa				Dotações Corrigidas
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
D1 - Despesas com o pessoal		7 846 019,00	810 605,00	1 296 725,00	0,00	7 359 899,00
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes		6 399 460,00	0,00	0,00	0,00	6 399 460,00
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	M	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	0,00	711 414,00	1 220 518,00	0,00	-509 104,00
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais		178 824,00	0,00	0,00	0,00	178 824,00
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	0,00	36 502,00	13 848,00	0,00	22 654,00
D1.3 - Segurança social		1 317 735,00	0,00	0,00	0,00	1 317 735,00
D1.3 - Segurança social	P	0,00	56 689,00	56 359,00	0,00	330,00
D10 - Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2 - Aquisição de bens e serviços		1 677 034,00	0,00	0,00	0,00	1 677 034,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	P	0,00	1 041 606,00	866 243,00	0,00	175 363,00
D3 - Juros e outros encargos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 - Transferências e subsídios correntes		2 000,00	0,00	1 828,00	0,00	172,00
D4.1 - Transferências correntes		2 000,00	0,00	1 828,00	0,00	172,00
D4.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 - Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 - Outras		2 000,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00
D4.2 - Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 - Outras despesas correntes		1 084 371,00	0,00	0,00	0,00	1 084 371,00
D5 - Outras despesas correntes	P	0,00	490,00	461 447,00	0,00	-160 957,00
D6 - Aquisição de bens de capital		424 785,00	0,00	0,00	0,00	424 785,00
D6 - Aquisição de bens de capital	P	0,00	545 398,00	278 338,00	0,00	267 060,00
D7 - Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 - Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 - Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 - Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 - Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 - Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 - Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 - Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 - Outras despesas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 - Despesa com ativos financeiros	M	0,00	886 759,00	0,00	0,00	886 759,00
D9 - Despesa com ativos financeiros	P	0,00	1 896 067,00	1 391 413,00	0,00	504 654,00
<b>Total</b>		<b>11 034 209,00</b>	<b>5 180 925,00</b>	<b>4 294 166,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 920 968,00</b>



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*J*  
*1*  
*And*  
*W.*  
*es.*

### 3. ALTERAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Conforme referido anteriormente, não foi elaborado o Plano Plurianual de Investimento por não se encontrar previsto.

### 4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

As operações de tesouraria resultam das retenções e descontos feitos aos trabalhadores, designadamente, Imposto sobre o Rendimento, Segurança Social, Caixa Geral Aposentações, ADSE, entre outras.

Durante o ano de 2022 foram efetuadas entregas, consideradas como pagamentos, no montante de 2.051.591,63 euros.

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07.1.9/07.2.9	07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00 €	2 413 108,65 €	2 051 591,63 €	361 517,02 €
	Total	0,00 €	2 413 108,65 €	2 051 591,63 €	361 517,02 €

Os recebimentos e pagamentos ocorreram conforme a seguinte tabela:

Designação	Recebimentos	Pagamentos
Retenção Imposto s/ Rendimento	1 291 690,16	1 291 690,16
Outras Retenções Receitas do Estado	129,34	129,34
Contribuições para CGA e Segurança Social	556 356,21	556 356,21
Entrega de ADSE	125 004,98	125 004,98
Entrega descontos para outras entidades	7 492,00	7 492,00
Entrega de outras Operações Tesouraria	426 711,46	65 194,44
Entg. de outras Ret. em Venc e Forc. - Op. Tes.	5 724,50	5 724,50
Total	2 413 108,65	2 051 591,63



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data	Valor da contração		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
19IN59620000	VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição do Sistema de Comunicações de Voz Fixa e Móvel, Internet e Televisão	15.04.2019	58 800,00 €	01.04.2020	6 790,16 €	110 647,90 €	
19IN59620002	SOGRAMA - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, SA	Prestação de Serviços de Manutenção do Jardim e das Foredas Interiores do Tribunal Constitucional	03.06.2019	17 825,44 €	01.04.2020	2 997,24 €	12 298,10 €	
19IN59620003	GOCARWAT, LDA	Aquisição de Serviços de Manutenção Automóvel do Flota Multimarca do Tribunal Constitucional	03.05.2019	80 560,00 €	01.04.2020	874,22 €	60 222,12 €	
19IN59620005	Ricoh Portugal Unipessoal, Lda	Fornecimento, Inst. e Configuração de Equip. Multifunções de Copia, Imp. e Digit. Regime de Locação	21.08.2019	87 010,20 €	15.03.2020	20 513,60 €	59 809,17 €	
20IN59620004	2045 - EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança de pessoas e bens para o Tribunal Constitucional	02.05.2020	90 451,00 €	25.06.2020	11 371,26 €	79 319,32 €	
20IN59620009	MULTIMAC - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, SA	Locação de bens móveis	01.06.2020	1 200,54 €	27.08.2020	456,89 €	749,53 €	
21IN59620001	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados de Ad-Integracão	Termo de arrendamento de Grefix 2021	12.01.2021	34 563,00 €	17.08.2021	3 450,39 €	31 106,71 €	
21IN59620003	Graficos 3 Lapa - Comunicação e Imagem, Lda	Aquisição de Serviços de enquadramento, revisão de texto	05.02.2021	60 316,00 €	27.07.2021	15 275,87 €	6 703,10 €	
21IN59620004	RESTAURMED-PROJ.FISCALIZAÇÃO, MEDIC.E ORÇAMENTOS DE CONST.CIVIL, LDA	Aquisição de serviços de manutenção do Palácio Rotten	01.02.2021	60 516,00 €	14.04.2021	21 853,00 €	19 129,00 €	
21IN59620008	Removal Inicial Portugal - Serviços de Proteção Ambiental	Aquisição de equipamentos de desinfeção de mãos	29.03.2021	4 696,34 €	16.04.2021	2 348,15 €	1 996,80 €	
21IN59620010	Entesid 2º Lda, SROC, Lda	Aquisição de Serviços de Revisão Oficial de Contas	26.03.2021	39 832,00 €	26.08.2021	13 284,00 €	13 284,00 €	

CS.

88 / 102






## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data	Valor do contrato		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
21N159620012	VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOA S. SA	Aquisição de Serviços de Consultoria nas Áreas de Segurança Eletrónica e de Dados e	20.04.2021	30 627,05 €	17.03.2021	- €	- €	- €
21N159620013	ZERTIVE, S.A.	Aquisição de Serviços de Consultoria nas Áreas de Segurança Eletrónica e de Dados e	20.04.2021	30 627,05 €	17.03.2021	5 313,30 €	5 313,30 €	15 313,50 €
21N159620014	DRYL CONSULTING, LDA	Aquisição de serviços de implementação do sistema de informação da ECFP	18.11.2021	96 825,68 €	17.02.2022	96 825,60 €	- €	- €
21N159620015	UAHUAH-Comércio Eletrónico de Informação, Lda	Aquisição de publicações periódicas 2021	25.05.2021	933,83 €	18.08.2021	161,12 €	723,46 €	723,46 €
21N159620017	TECNICLIMA PROJETOS CLIMATIZACAO LDA	29/2021/DAF - Aquisição de AVAC	21.06.2021	40 946,31 €	17.08.2021	7 733,23 €	26 593,99 €	26 593,99 €
21N159620019	Oliveira e Rego, Associados, SROC.	Aquisição de Serviços de Auditoria Financeira Externa às Contas Anuais de 2019 e 2020 dos Parques	30.03.2022	83 394,00 €	18.09.2022	50 036,40 €	- €	- €
21N159620021	Wonderelevel Partners, Lda	Aquisição de Serviços de Consultoria de Comunicação para o Tribunal Constitucional	11.05.2021	24 354,00 €	21.07.2021	12 177,50 €	12 177,00 €	12 177,00 €
21N159620024	Samsac Portugal - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	Aquisição de Serviços de Limpeza e de Manutenção das Instalações da ECFP	05.09.2021	29 785,38 €	22.12.2021	9 554,17 €	3 227,35 €	3 227,35 €
21N159620027	Intellimac - Facility Services, SA	Aquisição de Serviços de Limpeza das instalações do Tribunal Constitucional	19.08.2021	7 395,45 €	21.10.2021	53 470,03 €	17 823,36 €	17 823,36 €
21N159620029	3ABEL IBERICA, S.A.	Aquisição de Serviços de Desenvolvimento da Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência p	09.03.2022	344 669,44 €	17.11.2022	34 406,95 €	- €	- €
21N159620033	GIGANORMA, Lda.	Aquisição de Serviços de Manutenção do SCSJ	18.11.2021	81 471,30 €	20.12.2021	7 687,50 €	738,00 €	738,00 €

  
 89 / 102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data	Valor do contrato		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
21IN9620030	Lik Consulting, Tecnologias de Informação, S.A.	Aquisição de Serviços de Manutenção do SGEI	18.11.2021	61 475,20 €	20.12.2021	- €	- €	
21IN9620033	CSH - Comércio, Serviço e Higiene.	Aquisição serviços de Instalação e manutenção de Equipamentos Sanitários e dos respetivos	21.02.2022	23 395,62 €	31.03.2022	5 560,68 €	- €	
21IN9620034	Vualfirma, Tecnologias de Informação S.A.	Aquisição de Serviços de manutenção do Sistema de L25 APC Symmetra LX16 VVA	16.11.2021	2 398,50 €	07.12.2021	799,50 €	799,50 €	
21IN9620038	REMARKABLE - Communication & Image Management, Unipessoal Lda	Aquisição e Precupção de videos Informativos para o Tribunal Constitucional	30.11.2021	16 789,50 €	20.04.2022	8 300,50 €	- €	
21IN9620039	TECNICLIMA PROJETOS CLIMATIZACAO LDA	Aquisição de seis equipamentos AVAC	25.11.2021	2 456,00 €	17.03.2022	2 407,73 €	- €	
21IN9620040	Ángela Cristina Anuncas Vieira	Aquisição de Serviços de Elaboração de Decisões em Processos Constitucionais	06.01.2022	24 600,00 €	23.03.2022	24 595,97 €	- €	
22IN9620000	VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição de Serviços de Comunicação de voz, fax, móvel, internet e televisão	10.01.2022	13 387,26 €	21.03.2022	12 918,22 €	- €	
22IN9620001	Associação ISCTE Conhecimento Inovar - CVTT	Aquisição de serviços de monitorização das ações e metas de campanhas eleitorais utilizadas	17.01.2022	12 238,50 €	26.05.2022	12 238,50 €	- €	
22IN9620002	Garagem Auto Simão, Lda.	Aquisição de serviços de manutenção automóvel de frota multimarca	07.04.2022	62 357,85 €	12.05.2022	17 988,20 €	- €	
22IN9620003	2043 - EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	Aquisição de serviços de vigilância de pessoas e bens a efetuar em dias úteis e aos sábados	24.02.2022	98 070,93 €	24.05.2022	36 305,59 €	- €	
22IN9620004	IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA.	Aquisição e produção de livro "Conferência internacional comemorativa de 35"	20.01.2022	6 307,86 €	15.03.2022	2 735,00 €	- €	
22IN9620005	ALTERNATIVE DETAIL, LDA	Aquisição de Serviços de Consultoria em Materiais Arquitetónicas	11.02.2022	18 450,00 €	23.08.2022	5 473,08 €	- €	

Os. 90 / 102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato		Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data		Valor do contrato	Trabalhos a mais	
22INS9620006	MIROVA - SERVIÇOS E GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES, LDA.	Aquisição de serviços de utilização de plataforma eletrónica de contratação Pública	29.12.2021	1 771,20 €	23.02.2022	590,40 €	- €
22INS9620007	Vanta Jacques Pena	Acesso Jurídica em Procedimentos e Processos Administrativos e Comerciais	24.03.2021	24 600,00 €	29.03.2022	22 549,89 €	- €
22INS9620008	PETROGAL, S.A.	Aquisição de identidade para a Entidade das Contas e dos Financiamentos	08.03.2022	27 675,00 €	20.05.2022	8 241,11 €	- €
22INS9620011	Unitecunimatic - Perite e Avaliações, Lda.	Aquisição de bens e serviços de reparação e manutenção dos portões de acesso à garagem do Tribunal	30.03.2022	11 974,05 €	26.04.2022	6 353,20 €	- €
22INS9620012	VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição de um sistema de comunicações de voz fixa e móvel (solução de telefone IP)	10.05.2022	89 235,27 €	21.09.2022	11 617,64 €	- €
22INS9620013	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração	Contrato de Adesão Genip 2022	01.01.2022	39 329,25 €	28.04.2022	35 396,36 €	- €
22INS9620014	GOCARVAT, LDA	Serviços de Manutenção de vaturas multimedias	29.02.2022	3 690,00 €	25.08.2022	3 876,21 €	- €
22INS9620015	A-NO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, L.D.	Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Instituto Autónomo no Gestor Documental	18.02.2022	15 776,00 €	29.08.2022	13 776,00 €	- €
22INS9620016	Méio Lourenço, Instalações elétricas	Aquisição de Serviços de Manutenção das Instalações Elétricas do Palácio Ramalho	01.01.2022	6 000,00 €	29.03.2022	6 000,00 €	- €
22INS9620017	C.T.D. - Centro Técnico De Desinfecções Lda.	Aquisição de serviços de desintração, esbarratização e desintração	29.03.2022	2 892,56 €	21.04.2022	733,24 €	- €
22INS9620020	VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição de licenciamento Microsoft (renovação anual)	06.07.2022	47 939,85 €	30.11.2022	47 939,35 €	- €

es.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato		Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data		Valor do contrato	Trabalhos normais	
22NS9620021	Kreton & Associados - SROC, Lda	Aquisição de Serviços de Auditoria Financeira Externa às Contas da Campanha Eleitoral das Eleições d	27.04.2022	49 200,00 €	23 059,40 €	- €	
22NS9620024	Gráficos 3 Lapa - Comunicação e Imagem, Lda	Aquisição de serviços de produção anual de 3 (três) Volumes da Corteza Tribunal	31.06.2022	23 896,00 €	5 166,00 €	- €	
22NS9620025	SOGRAMA - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, SA,	Aquisição de Serviços de Manutenção do Jardim do Palácio Ratin e Instalação de Floresceris	14.07.2022	30 504,00 €	6 492,24 €	- €	
22NS9620027	NH Hazel Rajce Portugal Unipessoal, Lda	Aquisição de Serviços de Alojamento para os Corredores da Conferência de Tribunais Constitucionais	24.05.2022	21 132,00 €	17 724,00 €	- €	
22NS9620028	Wongcetera Partners, Lda	Aquisição de Serviços de Consultoria de Comunicação, Assessoria de Imprensa e Comunicação Digital	25.03.2022	34 400,00 €	11 480,00 €	- €	
22NS9620030	SOCODEFIL - Sociedade de Comunicação Manuel Delgado &	Empresaria de Obras Públicas de Conservação e Remodelação de Espaços do Palácio Ratin	29.07.2022	98 276,53 €	98 276,54 €	- €	
22NS9620031	ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração	P 1305/2022 - Faturação acerca Grelha 2021	17.06.2022	9 206,55 €	5 750,26 €	- €	
22NS9620032	ZERTIVE, S.A.	Aquisição de serviços de consultoria informática em assessoria	15.07.2022	55 350,00 €	10 142,31 €	- €	
22NS9620033	Ronda & Vicens, SROC, Lda*	Aquisição de serviços para a elaboração de 20 projetos de detalhe	11.07.2022	14 760,00 €	14 760,00 €	- €	
22NS9620034	SHARETECH - CONSULTING, UNIFESSCAL	Aquisição de um Upgrade para o Servidor BLADE VRTX	16.07.2022	17 908,00 €	17 908,80 €	- €	
22NS9620035	BPO CONSULTING, UNIPESSOAL, LDA,	Aquisição de Servidor para Autenticação e Integração no	10.07.2022	16 174,30 €	16 031,05 €	- €	

CS.  
92 / 102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data	Valor do contrato		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
ZZIN59620036	Olivera e Rego Associados, SROC,	Aquisição de serviços de auditoria financeira externa de contas anuais apresentadas pelos partidos	15.09.2022	24 587,70 €	21.12.2022	4 975,64 €	- €	
ZZIN59620037	Ore Ore Sx, LDA	Aquisição de mobiliário de escritório para o Tribunal Constitucional.	20.09.2022	23 932,39 €	30.10.2022	22 932,30 €	- €	
ZZIN59620038	Imelirpe - Facility Services SA	Aquisição Serviços de Limpeza	19.09.2022	77 189,24 €	07.10.2022	19 295,31 €	- €	
ZZIN59620040	Luis Filipe Fonseca Vercos de Sousa	Aquisição de Serviços Jurídicos em Direito da Contratação Pública	01.09.2022	23 985,00 €	15.12.2022	8 487,00 €	- €	
ZZIN59620041	Unis Consulting, Tecnologias de Informação, S.A.	Serviços de Manutenção do Sistema de Gestão Informática da Secretaria Judicial	15.01.2022	81 475,20 €	18.08.2022	9 889,20 €	- €	
ZZIN59620042	Luspedre - Redes, Energia e Sistemas de Informação, Lda	Aquisição de equipamentos de infraestrutura de rede	11.08.2022	18 454,37 €	20.10.2022	18 454,01 €	- €	
ZZIN59620044	System & Associados, SROC, Lda,	Aquisição de serviços de auditoria financeira externa de	21.09.2022	89 999,10 €	21.12.2022	7 675,10 €	- €	
ZZIN59620045	HELDER CARTA PROJECTOS DE ARQUITECTURA E DESIGN, LDA,	Aquisição de serviços de projectação de um livro sobre o Palácio Ramalho, sede do Tribunal	01.10.2022	11 079,00 €	16.11.2022	3 653,10 €	- €	
ZZIN59620046	Ricoh Portugal Unipessoal, Lda	Serviços complementares; Aquisição de serviços de fornecimento, instalação e	21.08.2022	12 300,00 €	17.11.2022	7 691,60 €	- €	
ZZIN59620047	SIEMENS SA	Serviços de manutenção de Dispositivos de Incêndio	01.09.2022	1 959,40 €	08.09.2022	816,41 €	- €	
ZZIN59620048	IMPACTO - Catering e Eventos	Aquisição de serviços de jantar de 30 de junho e refeições da 1 de julho da V.ª Assembleia da	25.06.2022	9 323,20 €	26.10.2022	9 372,28 €	- €	

cs. 93/102-1/2022



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Contrato	Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
		Objeto	Data	Valor do contrato		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
22IN59620049	SOCDEFIL - Sociedade de Construção Manuel Delgado &	P2478 - Emprestada Cadeiras Palácio Ratten - Trab. Complementares	29.07.2022	24 517,39 €	15.11.2022	24 517,39 €	- €	
22IN59620050	GARRETT S.A.	Aquisição de equipamento de videoconferência para a província Sala	15.10.2022	7 015,92 €	16.12.2022	7 015,92 €	- €	
22IN59620051	João Matos Godinho de Silva Pressant	Aquisição de serviços jurídicos em regime de avança	18.10.2022	9 648,50 €	31.10.2022	2 743,50 €	- €	
22IN59620052	Culligan Portugal, S.A.	Serviço de colocação e manutenção de máquinas purificadoras de água	17.10.2022	305,46 €	15.11.2022	135,50 €	- €	
22IN59620054	Paro Scame - Material Eléctrico, Unipessoal, Lda.	Aquisição de Vals Box Dual 2 Tomadas de 23KV, com painel de gestão	14.11.2022	8 491,65 €	16.12.2022	9 245,91 €	- €	
22IN59620055	Ara Filha de Sequeira Loureiro	Prestação de serviços - Contas de campanha AL/2021 - Ara Filipa Loureiro	01.10.2022	1 400,00 €	23.12.2022	1 950,00 €	- €	
22IN59620056	Jorge Miguel Alves Fernandes	Aquisição de serviços para a realização de um estudo de carácter empírico	10.11.2022	21 500,00 €	21.12.2022	11 250,00 €	- €	
22IN59620056	Miguel Dairen Carvalho Wan	Aquisição de serviços para a realização de um estudo de carácter empírico	10.11.2022	21 500,00 €	21.12.2022	11 250,00 €	- €	
22IN59620057	BIBARCON - CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	Emprestada de obras em duas casas de banho e copos, espaços contíguos	10.11.2022	51 826,03 €	16.12.2022	25 157,53 €	- €	
22IN59620058	ÂNCORA EDITORA, LDA	Aquisição de subscrito de acesso à base de dados F4in-Online	16.11.2022	10 885,40 €	21.12.2022	10 889,40 €	- €	
22IN59620060	One One Six, LDA	Aquisição de mobiliário de escritório para o Tribunal Constitucional -	09.11.2022	2 742,10 €	16.12.2022	2 742,10 €	- €	
22IN59620061	FERNANDO RODA, LDA	Aquisição de cartais, impressoras, fotocópias e respetiva colocação e instalação nas salas	29.11.2022	34 94,75 €	22.12.2022	12 720,85 €	- €	

cs. 94/102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Contrato			Data do 1.º pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos Acumulados
	Objeto	Data	Valor do contrato		Trabalhos normais	Trabalhos a mais	
Ana Catarina Gonçalves	Aquisição de serviços na área financeira	01.10.2022	5 535,00 €	25.11.2022	2 550,00 €	- €	- €
GARRETT S.A.	Aquisição de e-Press Box para o Tribunal Constitucional	02.12.2022	8 698,95 €	27.12.2022	8 085,95 €	- €	- €
Systems IT - Sistemas Informáticos, Unipessoal, Lda	Licenciamento de Software para a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos	01.12.2022	15 997,40 €	21.12.2022	13 997,40 €	- €	- €
João António Marques da Cruz Rosa	Aquisição de retrato do Conselho Presidente João Cuijpers	12.12.2022	7 500,00 €	32.12.2022	2 500,00 €	- €	- €
TRICANA-Tapeçaria Regional de Coimbra, SA	Aquisição de novos tapetes e carpetes, com limpeza e restauração de tapetes existentes nas salas	12.12.2022	11 290,17 €	27.12.2022	11 290,17 €	- €	- €

cs.  
95 / 102



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6. CONTRATACIÓN ADMINISTRATIVA – FORMA DE ADJUDICACIÓN

Tipo de contrato	Adjudicación por tipo de procedimiento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por previa cualificación		Procedimiento de negociación		Dilegio concursal		Ajuste directo		Consulta previa		Parcía para a Inovaplo		N° contratos	Valor
	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual	N° contratos	Preço contratual		
Aquisição de Serviços (CCP) Empresas e Obras Públicas (CCP) Locação e Aquisição de Bens Móveis (CCP)	3	254 704,47 €	1	344 689,44 €					33	503 840,70 €	14	667 174,19 €			51	1768 137,71 €
									7	39 676,17 €	3	174 619,93 €			3	174 619,90 €
											1	53 568,96 €			6	118 245,13 €

7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA

O montante de 2.000 euros do mapa de transferências concedidas corresponde à contribuição do Tribunal Constitucional.

Tipo de despesa	Entidade beneficiária	Finalidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício
04.09.03	Conferência Mundial de Justiça Constitucional	Prog: 01; Medi: 001 Proj: Adv: 263	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00
		Total transferências correntes	2 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00

cs.  
96 / 102





## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA

Mapa das transferências recebidas no âmbito das Solicitações de Transferência de Fundos (STF).

Tipo de receita	Entidade financiadora	Finalidade	Receitas previstas	Receitas recebidas	Receitas previstas não recebidas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
06.03.01			8 824 783,00		8 824 783,00	
06.03.01	DGO/STF	Prog: 001 Medi: 001		7 174 935,93	-7 174 935,93	0,00
06.03.01	DGO/STF	Prog: 001 Medi: 095		2 525,87	-2 525,87	0,00
06.03.01	DGO/STF	Prog: 001 Medi: 096		436,46	-436,46	0,00
		<b>Total transferências correntes</b>	<b>8 824 783,00</b>	<b>7 177 896,26</b>	<b>1 646 886,74</b>	<b>0,00</b>
10.03.01			615 520,00		615 520,00	
10.03.01	DGO/STF	Prog: 001 Medi: 001		467 881,52	-467 881,52	0,00
10.03.01	DGO/STF	Prog: 001 Medi: 096		9 311,10	-9 311,10	0,00
		<b>Total transferências de capital</b>	<b>615 520,00</b>	<b>477 192,62</b>	<b>138 327,38</b>	<b>0,00</b>

es.   
w.   
97 / 102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### 9. OUTRAS DIVULGAÇÕES 9.1. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nº de Contrato	Entidade	Objeto	Data de celebração	Valor do contrato	Pagamentos previstos para anos futuros			
					2023	2024	2025	Anos Seguintes
201N59620009	MULTIMAC - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, SA	Locação de bens móveis	01.06.2020	1 250,54 €	156,73 €	- €	- €	- €
211N59620003	Graficos à Lapa - Comunicação e Imagem, Lda	Aquisição de Serviços de encadernação, revisão de texto	05.02.2021	60 516,00 €	6 703,50 €	- €	- €	- €
211N59620004	RESTAUROMED-PROJ.FISCALIZAÇÃO,MEDIÇ E ORÇAMENTOS DE CONST.CIVIL, LDA	Aquisição de serviços de manutenção do Palácio Raitton	01.02.2021	60 516,00 €	1 681,00 €	- €	- €	- €
211N59620008	Remokil Initial Portugal - Serviços de Protecção Ambiental,	Aquisição de equipamentos de desinfeção de mãos	29.03.2021	4 696,34 €	391,36 €	- €	- €	- €
211N59620010	Esteves&Pinho, SROC, Lda	Aquisição de Serviços de Revisão Oficial de Contas	26.03.2021	39 852,00 €	13 284,00 €	- €	- €	- €
211N59620012	VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição de Serviços de Consultoria nas Áreas da Segurança Eletrónica e de Dados e	20.04.2021	30 627,00 €	13 060,38 €	2 677,46 €	- €	- €
211N59620017	TECNICLIMA PROJECTOS CLIMATIZACAO LDA	29/2021/DAF - Aquisição de AVAC	21.06.2021	48 946,01 €	3 966,72 €	- €	- €	- €
211N59620019	Oliveira e Rego Associados, SROC,	Aquisição de Serviços de Auditoria Financeira Externa às Contas Anuais de 2019 e 2020 dos Partidos	30.03.2022	83 394,00 €	20 848,50 €	- €	- €	- €
211N59620024	Samsic Portugal - Gestão e Manutenç de Edifícios, Lda,	Aquisição de Serviços de Limpeza e de Manutenção das Instalações da ECFP	09.09.2021	29 785,38 €	6 618,98 €	- €	- €	- €
211N59620029	BABEL IBÉRICA, S.A,	Aquisição de Serviços de Desenvolvimento da Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência P	09.05.2022	344 089,44 €	50 415,47 €	- €	- €	- €
211N59620030	Link Consulting, Tecnologias de Informação, S.A,	Aquisição de Serviços de Manutenção do SGISJ	18.11.2021	81 475,30 €	22 632,00 €	- €	- €	- €

CS. 



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nº de Contrato	Entidade	Objeto	Data de celebração	Valor do contrato	Pagamentos previstos para anos futuros			
					2023	2024	2025	Anos Seguintes
21IN59420033	CSH - Comércio, Serviço e Higiene.	Aquisição serviços de instalação e manutenção de Equipamentos Sanitários e dos respectivos	21.02.2022	25 385,62 €	8 461,87 €	705,15 €	- €	- €
21IN59420034	Visualforma, Tecnologias de Informa S.A	Aquisição de Serviços de manutenção do Sistema de UPS APC Symmetra LX16 KVA	16.11.2021	2 398,50 €	799,50 €	- €	- €	- €
22IN59420002	Garagem Auto Simba, Lda.	Aquisição de serviços de manutenção automóvel da frota multinmarca	07.04.2022	62 367,86 €	20 787,62 €	- €	- €	- €
22IN59420003	2045 - EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	Aquisição de serviços de vigilância de pessoas e bens a efetuar em dias úteis e aos sábados	25.02.2022	88 070,93 €	47 822,92 €	- €	- €	- €
22IN59420005	ALTERNATIVE DETAIL LDA	Aquisição de Serviços de Consultoria em Matérias Arquitetónicas	11.03.2022	18 450,00 €	6 150,00 €	512,50 €	- €	- €
22IN59420006	MIRVA - SERVIÇOS E GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES, LDA.	Aquisição de serviços de utilização de plataforma eletrónica de contratação Pública	29.12.2021	1 771,20 €	590,40 €	- €	- €	- €
22IN59420007	Marta Jacques Pena	Assessoria Jurídica em Procedimentos e Processos Administrativos e Contraordenacionais	24.03.2021	24 600,00 €	2 050,00 €	- €	- €	- €
22IN59420008	PETROGAL, S.A.	Aquisição de electricidade para a Entidade das Contas e dos Financiamentos	08.03.2022	27 675,00 €	9 225,00 €	1 537,50 €	- €	- €
22IN59420011	Univerautomatic - Portas e Automatismos, Lda.	Aquisição de bens e serviços de reparação e manutenção dos portões de acesso à garagem do Tribunal	09.03.2022	11 974,05 €	2 460,00 €	- €	- €	- €
22IN59420012	VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA	Aquisição de um sistema de comunicações de voz fixa e móvel (solução de telefonia IP)	10.03.2022	89 235,27 €	16 684,70 €	4 759,81 €	- €	- €
22IN59420017	C.T.D. - Centro Técnico De Desinfecções Lda.	Aquisição de serviços de desratização, desbrotatização e desinsetação	29.03.2022	2 892,96 €	964,32 €	192,86 €	- €	- €

Es. 99 / 102



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nº de Contrato	Contrato				Pagamentos previstos para anos futuros			
	Entidade	Objeto	Data de celebração	Valor do contrato	2023	2024	2025	Anos Seguintes
22IN59620024	Gráficos à Lapa - Comunicação e Imagem, Lda	Aquisição de serviços de produção anual de 3 (três) Volumes da Coleção do Tribunal	21.06.2022	22 896,00 €	7 950,00 €	- €	- €	- €
22IN59620025	SOGRAMA - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, SA.	Aquisição de Serviços de Manutenção do Jardim do Palácio Ratton e Instalação de Florescer	14.07.2022	30 504,00 €	9 692,40 €	3 958,50 €	- €	- €
22IN59620028	Wonderlevel Partners, Lda	Aquisição de Serviços de Consultoria de Comunicação, Assessoria de Imprensa e Comunicação Digital	23.08.2022	34 440,00 €	20 090,00 €	- €	- €	- €
22IN59620032	ZERTIVE, S.A.	Aquisição de serviços de consultoria informática em assessoria	13.07.2022	55 350,00 €	24 907,50 €	- €	- €	- €
22IN59620036	Oliveira e Rego Associados, SROC.	Aquisição de serviços de auditoria financeira externa às contas anuais apresentadas pelos partidos	15.09.2022	24 587,70 €	9 835,08 €	- €	- €	- €
22IN59620038	Interlimpe - Facility Services, SA	Aquisição Serviços de Limpeza	19.09.2022	77 180,04 €	51 453,36 €	- €	- €	- €
22IN59620040	Luís Filipe Ferreira Verde de Sousa	Aquisição de Serviços Jurídicos em Direito da Contratação Pública	01.09.2022	23 985,00 €	15 498,00 €	- €	- €	- €
22IN59620044	Kreston & Associados - SROC, Lda.	Aquisição de serviços de auditoria financeira externa às	21.09.2022	89 999,10 €	44 999,55 €	- €	- €	- €
22IN59620045	HELDER CARITA PROJECTOS DE ARQUITECTURA E DESIGN, L.D.A.	Aquisição de serviços de produção de um livro sobre o Palácio Ratton, sede do Tribunal	01.10.2022	11 070,00 €	3 690,00 €	- €	- €	- €
22IN59620047	SIEMENS S.A.	Serviços de manutenção de Detetores de Incêndio	01.09.2022	1 959,40 €	1 142,98 €	- €	- €	- €
22IN59620051	João Matos Godinho da Silva Possante	Aquisição de serviços jurídicos em regime de averço	18.10.2022	9 648,50 €	6 900,00 €	- €	- €	- €

CS.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nº de Contrato	Contrato					Pagamentos previstos para anos futuros			
	Entidade	Objeto	Data de celebração	Valor do contrato		2023	2024	2025	Anos Seguintes
22IN59620052	Culligan Portugal, S.A.	Serviço de colocação e manutenção da máquina purificadora de água	17.10.2022	525,46 €		162,73 €	- €	- €	- €
22IN59620055	Ana Filipa de Sequeira Loureiro	Prestação de serviços   Contas de campanha A.L./2021 - Ana Filipa Loureiro	01.10.2022	1 400,00 €		1 050,00 €	- €	- €	- €
22IN59620057	BIBARCON - CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	Empreitada de obras em duas casas de banho e copa, espaços contíguos	10.11.2022	51 826,05 €		25 908,02 €	- €	- €	- €
22IN59620061	FERNANDO RODA, LDA	Aquisição de cortinas, sigeiras, ferragens e respetiva colocação e instalação nas salas	29.11.2022	24 341,70 €		12 170,85 €	- €	- €	- €
22IN59620063	Ana Catarina Gonçalves	Aquisição de serviços na área financeira	01.10.2022	5 585,00 €		3 285,00 €	- €	- €	- €
22IN59620067	João António Marques da Cruz Rosa	Aquisição de retrato do Conselheiro Presidente João Caupers	12.12.2022	7 500,00 €		5 000,00 €	- €	- €	- €

C.   
101 / 102



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

*Handwritten signature and initials:*  
 CS.  
 Lu.  
 Am.

9.2. DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDO

Descrição	Dívida vencida		Intervalos de antiguidade da dívida vencida				Exceções	Pagamentos em atraso	Total da dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo	Médio/ Longo prazo	<90	(90 - 180)	(180 - 365)	> 365 dias			Curto Prazo	Médio/ Longo Prazo	Soma
Despesas Correntes	201,55	-	316,60	2 974,99	464,79	-	5 459,78	-	3 957,71	-	3 957,71
Despesas com Ressoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remunerações Certas e Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SS - Encargos com saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADSE e Outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SS - Contribuições de segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurança Social - Regime Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SS - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SS - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Bens e Serviços	201,55	-	316,60	2 974,99	464,79	-	5 459,78	-	3 957,71	-	3 957,71
Aquisição de Bens e Serviços	201,55	-	316,60	2 974,99	464,79	-	5 459,78	-	3 957,71	-	3 957,71
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de Bens de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de Bens de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>201,55</b>	<b>-</b>	<b>316,60</b>	<b>2 974,99</b>	<b>464,79</b>	<b>-</b>	<b>5 459,78</b>	<b>-</b>	<b>3 957,71</b>	<b>-</b>	<b>3 957,71</b>